

# Diário do Legislativo de 17/10/2008

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 90ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

ATA DA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/10/2008

Presidência dos Deputados Doutor Viana e Padre João

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Proposta de Ação Legislativa nº 588/2008 - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.827 a 2.829/2008 - Requerimentos nºs 2.943 a 2.946/2008 - Requerimentos dos Deputados Roberto Carvalho e Doutor Viana - Comunicações: Comunicações das Comissões de Segurança Pública, de Administração Pública e de Política Agropecuária - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Deiró Marra, Almir Paraca e Sargento Rodrigues, da Deputada Elisa Costa e do Deputado Padre João - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Decisão da Presidência - Palavras do Sr. Presidente - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Roberto Carvalho e Doutor Viana; deferimento - Palavras do Sr. Presidente - Registro de Presença - Requerimento do Deputado Domingos Sávio; deferimento; discurso do Deputado Domingos Sávio - Requerimento do Deputado Adalclever Lopes; deferimento; discurso do Deputado Getúlio Neiva - Encerramento - Ordem do Dia.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

### Ata

- O Deputado Getúlio Neiva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## Correspondência

- O Deputado Padre João, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 588/2008

Do Sr. Luiz Fernando Maia, Presidente em exercício do Instituto Cidadania, Educação e Cultura, encaminhando minuta de projeto de lei em que propõe a instituição do Dia Estadual da Alimentação, com o apoio do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais - Consea.

"Projeto de Lei nº /2008\*

Institui o Dia Estadual da Alimentação no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Dia Estadual da Alimentação, a se realizar, anualmente, no dia 16 de outubro.

Parágrafo único - A programação a ser desenvolvida neste dia será definida em parceria com Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, entidades públicas, privadas e sindicais, organizações do terceiro setor, veículos de comunicação e demais pessoas físicas e jurídicas envolvidas com a formulação e execução de ações que garantam o direito humano à alimentação adequada.

Art. 2º - As atividades integrantes do Dia Estadual da Alimentação, de que trata esta lei, passam a integrar o calendário oficial do Estado.

Art. 3º - As atividades têm como objetivo:

I - propagar o conhecimento sobre o problema da fome, a nível regional, nacional e mundial;

II - estimular o debate acerca dos problemas relativos a esta questão, especialmente acerca do direito humano à alimentação adequada;

III - incentivar e divulgar programas e ações de segurança alimentar e nutricional sustentável;

IV - promover a conscientização da população acerca do tema.

V - promover a educação dos alunos das escolas públicas estaduais nesta temática.

Art. 4º - Os temas Fome e Alimentação devem ser tratados como temas transversais do ensino fundamental e médio nas escolas públicas estaduais do Estado de Minas Gerais, tendo como referenciais metodológicos os parâmetros curriculares nacionais definidos pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC/SEF.

Art. 5º - A alimentação escolar e a definição de seu cardápio será de responsabilidade da escola, vedada a venda ou a oferta de outros produtos.

Parágrafo único - Deverá ser priorizada, na composição dos cardápios da alimentação escolar e aquisição de alimentos, os produtos nativos e os produzidos pela agricultura familiar regional.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de outubro de 2008.

Comissão de Participação Popular

Justificação: Este projeto de lei institui o Dia Estadual da Alimentação, à semelhança do Dia Mundial da Alimentação, celebrado há 26 anos em 16 de outubro.

O fantasma da fome ronda atualmente a humanidade. Vive-se um momento crítico de crise de alimentos, principalmente de grãos, atrelada estruturalmente a uma crise energética, gerando uma disputa por terras aráveis, o que veio a ser uma grande preocupação dos governos atuais, passando a ocupar significativo espaço tanto nas agendas oficiais e das Organizações das Nações Unidas como na mídia.

O Dia Mundial da Alimentação é celebrado no dia 16 de outubro de cada ano para comemorar a criação em 1945 da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). O objetivo do Dia Mundial da Alimentação é conscientizar o conjunto da humanidade sobre a difícil situação que enfrentam as pessoas que sofrem a fome e estão desnutridas, e promover em todo o mundo a participação da população na luta contra a fome. Todos os anos, mais de 150 países celebram este evento. Nos Estados Unidos, 450 organizações voluntárias nacionais e privadas patrocinam o Dia Mundial da Alimentação e em quase todas as comunidades existem grupos locais que participam ativamente.

O Dia Mundial da Alimentação foi celebrado pela primeira vez em 1981. Em cada ano, durante este dia, ressalta-se um tema em que se focalizam todas as atividades. Estes foram os temas discutidos neste século XXI.

2000 - Um milênio sem fome

2001 - Combater a fome para reduzir a pobreza

2002 - A Água, fonte da segurança alimentar

2003 - Trabalhar juntos para criar uma Aliança Internacional contra a Fome

2004 - Biodiversidade e Segurança Alimentar

2005 - Agricultura e diálogo de culturas

2006-2007 - O Direito à alimentação.

A Semana Mundial da Alimentação é celebrada este ano entre os dias 16 e 22 de outubro. No Brasil, milhares de famílias têm motivo especial para celebrar a data. Elas são beneficiárias dos programas inseridos no Fome Zero. A estratégia, impulsionada pelo governo federal, assegura o direito humano à alimentação às pessoas que precisam. Por meio de vários ministérios, como o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o governo articula políticas sociais com estados, municípios e sociedade civil.

Estrategicamente se promove, ainda, a inclusão social e a conquista da cidadania dos mais vulneráveis à fome. O Fome Zero é modelo para outros países e tem como base quatro eixos articuladores: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social.

Acrescente-se a estes fatos que neste ano se comemora o centenário de nascimento de Josué de Castro, nascido em 1908 em Pernambuco. Médico, professor, geógrafo, sociólogo e político, Josué de Castro fez da luta contra a fome a sua bandeira. Nascido em 1908, em Pernambuco, Josué de Castro foi autor de inúmeras obras, apresentando idéias revolucionárias para a época, como os primeiros conceitos sobre o desenvolvimento sustentável. De sua vasta bibliografia, podem-se destacar livros como Geografia da Fome, Geopolítica da Fome (1951), Documentário do Nordeste (1959), Ensaio de Geografia Humana e Ensaio de Biologia Social e o Livro Negro da Fome. Foi Deputado Federal por Pernambuco. Alcançou projeção internacional, exercendo durante anos o cargo de Presidente do Conselho da Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas e de Embaixador do Brasil na ONU. Josué de Castro foi um homem que estudou a fundo as causas da miséria em nosso país e no mundo e afirmava que ambas eram frutos de uma sociedade injusta. Suas idéias o levaram a ser reverenciado em todo o mundo, com livros traduzidos em mais de 25 idiomas e duas indicações para o Prêmio Nobel da Paz.

Considerando a importância da escola fundamental e média na formação de gerações de cidadãos, conscientes do problema da fome e da urgência na busca de soluções, a proposta acentua o papel das instituições educativas e a relevância de tratar o assunto como tema transversal de ensino.

Assim sendo, diante da relevância da matéria, em especial neste momento de crise mundial de alimentos, estamos confiantes do apoio dos nobres Deputados na aprovação deste projeto de lei, apresentado a esta comissão pelo Instituto Cidadania, Educação e Cultura e apoiado pelo Consea-MG."

- À Comissão de Participação Popular.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.827/2008

Dispõe sobre a divulgação, no âmbito dos serviços notariais do Estado, do direito de realizar separação consensual e divórcio consensual por meio de escritura pública.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os serviços notariais do Estado são obrigados a afixar, em local visível e de maior circulação de pessoas, cartaz ou aviso que contenha informação sobre o direito de realizar separação consensual e divórcio consensual por meio de escritura pública, na forma do art. 3º da Lei Federal nº 11.441, de 4 de janeiro de 2007.

Art. 2º - Sem prejuízo de outras sanções, o notário que desrespeitar o disposto no art. 1º fica sujeito a multa de R\$1.000,00 (mil reais).

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de outubro de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: A Lei Federal nº 11.441, de 2007, que alterou a Lei nº 5.869, de 1973 - Código de Processo Civil - , possibilitou a realização de separação consensual e divórcio consensual pela via administrativa, a par de outras disposições.

De acordo com a nova sistemática normativa, tal procedimento pode ser realizado mediante escritura pública, desde que o casal não tenha filhos menores ou incapazes e sejam observados os requisitos quanto aos prazos. Além disso, a escritura não depende de homologação judicial e constitui título hábil para o registro civil e o registro de imóveis.

Trata-se, na verdade, de um grande avanço da legislação federal, que visa garantir mais celeridade no processo de separação consensual e mais comodidade para os interessados.

Entretanto, não obstante a publicação da lei no "Diário Oficial", a grande maioria das pessoas não tem conhecimento ou informação de seu conteúdo, o que é uma realidade incontestável, pouco importando as razões que concorrem para esse desconhecimento das normas jurídicas. A inflação legislativa contribuiu para esse fato, uma vez que quanto mais acentuado o universo normativo mais difícil se torna o conhecimento das leis que regulam a vida social, o que é lamentável. A ignorância das leis compromete o pleno exercício da cidadania, pois o indivíduo desconhece seus direitos e obrigações elementares. Diante dessa realidade, afigura-se-nos oportuna a divulgação, pelos serviços de tabelionato, do direito de realizar a separação consensual mediante escritura pública, sem a interveniência do Poder Judiciário.

O projeto visa à efetivação do direito constitucional à informação e não a simples reprodução, pela via administrativa, de lei federal. Não há como negar que a divulgação dessa prerrogativa legal trará resultados positivos para o interesse público, em razão de seu caráter pedagógico.

Dessa forma, esperamos contar com o apoio dos nobres pares desta Casa com vistas à aprovação do projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.828/2008

Declara de utilidade pública a Associação Emaús, com sede no Município de Pouso Alegre.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Emaús, com sede no Município de Pouso Alegre.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de outubro de 2008.

Domingos Sávio

Justificação: A Associação Emaús, com sede no Município de Pouso Alegre, é uma entidade civil sem fins lucrativos. Tem entre suas finalidades amparar moralmente e consolar a todas as pessoas sofredoras e prestar solidariedade, que leva à construção da civilização do amor.

Ademais, está em pleno funcionamento há mais de um ano, e sua diretoria é composta por pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções. Visto que a entidade desenvolve um trabalho social, é justa a declaração de sua utilidade pública.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.829/2008

Torna obrigatória a emissão de autorização de transporte de máquinas agrícolas e implementos usados, dentro do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituída a obrigatoriedade de se apresentar autorização para o transporte de tratores e máquinas agrícolas usados, em todo o território do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único - A autorização de que trata o "caput" deste artigo deverá ser expedida pela autoridade policial a que esteja jurisdicionada a pessoa jurídica ou física proprietária do maquinário citado, vedada a cobrança de quaisquer taxas aos solicitantes.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei são consideradas máquinas usadas: tratores, colheitadeiras, arados, semeadeiras, aplicadoras de defensivos e outros implementos agrícolas de uso nas grandes, médias e pequenas propriedades.

Parágrafo único - Ficam isentos desta obrigação os tratores e máquinas agrícolas novos e transportados diretamente da fábrica ou revendedor autorizado que possuem legislação própria.

Art. 3º - O transporte a que se refere esta lei é o transporte intermunicipal ou dentro de um mesmo Município.

Art. 4º - Os proprietários de máquinas e implementos agrícolas que atuem como prestadores de serviço de aluguel de maquinário agrícola, deverão obter licença permanente para o transporte.

Art. 5º - A fiscalização do cumprimento desta lei ficará a cargo da Polícia Militar ou Civil do Estado de Minas Gerais.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de outubro de 2008.

João Leite

Justificação: O objetivo deste projeto de lei é a criação de um mecanismo de controle no transporte e tráfego de máquinas agrícolas usadas dentro do Estado de Minas Gerais, oferecendo meios para que a Polícia Militar ou Civil possa exigir documentação para o transporte das máquinas e, assim, inibir a prática do transporte de máquinas roubadas dos produtores rurais.

A criminalidade nas zonas rurais do Estado tem aumentado, e o alvo dos assaltantes são as máquinas e implementos agrícolas. Face à falta de efetivo policiamento em algumas regiões do interior, se faz necessária a fiscalização nas vias de transporte. O estabelecimento de documentação hábil e confiável, expedida por órgão de segurança pública, possibilita a efetiva fiscalização por parte da polícia, traduzindo-se em medida de resguardo da propriedade dos agricultores. Há que se estabelecer regra para o transporte legal do maquinário, como forma de garantir também a atividade de empréstimo ou locação dessas máquinas, principalmente na época das colheitas.

Pelo exposto, conto com o apoio dos demais pares desta Casa para a aprovação do presente projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Segurança Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### REQUERIMENTOS

Nº 2.943/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Pouso Alegre pelo transcurso do 160º aniversário de emancipação desse Município. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 2.944/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Extrema pela implantação do Programa Conservador das Águas nesse Município. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 2.945/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Comarca de Passa-Tempo pelo transcurso de seu 60º aniversário. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 2.946/2008, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Associação dos Professores Públicos do Estado de Minas Gerais - APPMG - pelo transcurso do Dia do Professor. (- À Comissão de Educação.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Roberto Carvalho e Doutor Viana.

#### Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Segurança Pública, de Administração Pública e de Política Agropecuária.

#### Oradores Inscritos

- Os Deputados Deiró Marra, Almir Paraca e Sargento Rodrigues, a Deputada Elisa Costa e o Deputado Padre João proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

##### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, no uso de suas atribuições, considerando que o Deputado Marcus Pestana reassumiu seu mandato no dia 10/10/2008, torna sem efeito o recebimento e a votação do requerimento do Deputado Vanderlei Jangrossi, protocolado no dia 13/10/2008 e aprovado na 89ª Reunião Ordinária, realizada ontem, solicitando que o Projeto de Lei nº 6/2007 seja distribuído à Comissão de Política Agropecuária para parecer.

Mesa da Assembléia, 15 de outubro de 2008.

Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que, com a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.842/2007, da Deputada Ana Maria Resende, o Projeto de Lei nº 2.201/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, passa a tramitar, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 12.

Assim sendo, a Presidência encaminha a matéria às Comissões de Justiça, de Educação e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Segurança Pública - aprovação, na 19ª Reunião Ordinária, em 14/10/2008, do Projeto de Lei nº 2.703/2008, do Deputado Zé Maia; de Administração Pública -

aprovação, na 28ª Reunião Ordinária, em 14/10/2008, do Projeto de Lei nº 2.734/2008, do Deputado Mauri Torres, e dos Requerimentos nºs 2.916/2008, do Deputado Carlin Moura, 2.921/2008, da Comissão de Segurança Pública, e 2.930 a 2.932/2008, do Deputado Wander Borges; de Política Agropecuária - aprovação, na 30ª Reunião Ordinária, em 14/10/2008, dos Projetos de Lei nºs 2.521/2008, do Deputado Paulo Guedes, com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e 2.735/2008, do Deputado Fahim Sawan, com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça (Ciente. Publique-se.).

#### Despacho de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Roberto Carvalho, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 506/2007. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno. Arquive-se o projeto.

O Sr. Presidente (Deputado Padre João) - Requerimento do Deputado Doutor Viana, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.662/2008. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno. Arquive-se o projeto.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que, com a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.662/2008, do Deputado Doutor Viana, o Projeto de Lei nº 2.701/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, passa a tramitar, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 12.

Assim sendo, a Presidência encaminha a matéria às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - A Presidência registra, com muita alegria, a presença, no Plenário, do Vereador Anderson, de Divinópolis.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Domingos Sávio, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Domingos Sávio.

- O Deputado Domingos Sávio profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Adalclever Lopes, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Getúlio Neiva. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Getúlio Neiva.

- O Deputado Getúlio Neiva profere discurso, que será publicado em outra edição.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária de amanhã, dia 16, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 28/2007, em 27/6/2007

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, André Quintão e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e esclarece que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião desta Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator. O Presidente determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Sebastião Costa para atuar com escrutinador. Apurados os votos, são eleitos, por unanimidade, os Deputados Carlos Mosconi e Sebastião Costa para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Deputado Sebastião Costa é empossado no cargo de Vice-Presidente e em seguida empossa como Presidente o Deputado Carlos Mosconi, que na oportunidade designa o Deputado André Quintão para relatar a matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente - André Quintão - Elmiro Nascimento.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/9/2008

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Weliton Prado, Ronaldo Magalhães e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Weliton Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil, publicado no "Diário do Legislativo" de 4/9/2008. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, sobre o Projeto de Lei nº 2.263/2008 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Weliton Prado). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.837, 2.839, 2.846 e 2.864/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2008.

Weliton Prado, Presidente - Ronaldo Magalhães - Wander Borges.

ATA DA 8ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES - § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO - NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 24/9/2008

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Lafayette de Andrada, Sebastião Helvécio, Antônio Carlos Arantes, Fábio Avelar (substituindo este ao Deputado Agostinho Patrús Filho, por indicação do BPS) e João Leite (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Helvécio, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, em turno único, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 2.675/2008 (Deputado Zé Maia). Suspende-se a reunião. Às 10h43min são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Lafayette de Andrada, Sebastião Hevécio e Antônio Carlos Arantes. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Lafayette de Andrada, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.591/2008 e pela rejeição da Emenda nº 1, em turno único, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Sebastião Helvécio. A seguir, o referido projeto é convertido em diligência ao Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça Militar, Tribunal de Contas e Ministério Público do Estado, para que prestem informações sobre a destinação do crédito orçamentário solicitado, atendendo-se a requerimento do Deputado Sebastião Helvécio, aprovado pela Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião conjunta, com edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2008.

Zé Maia, Presidente - Lafayette de Andrada - Sebastião Helvécio - Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/10/2008

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elmiro Nascimento, André Quintão, Chico Uejo, Inácio Franco e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Uejo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Osmar Sabino Dias, de São João del-Rei, e das Sras. Aparecida Dantas Schweighofer e Marlene Souza Sena, publicadas no "Diário do Legislativo", em 20/9/2008 e 3/10/2008, respectivamente. Em seguida, o Deputado Elmiro Nascimento faz a leitura de ofício do Sr. Everton Calamucci, Presidente da Fenadesp, solicitando a revogação da Portaria nº 506, de 2008. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.445/2008 no 1º turno (Deputado André Quintão); 2.752/2008 no 1º turno (Domingos Sávio); e 2.733/2008 em turno único (Inácio Franco). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.994/2008 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Ivair Nogueira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.585/2008 (relator: Deputado Chico Uejo); e 2.733/2008 (relator: Deputado Inácio Franco), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.890 e 2.903/2008. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.484/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2008.

Ademir Lucas, Presidente - Inácio Franco - André Quintão - Ivair Nogueira.

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 8/10/2008

Às 9h3min, compareceu na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual dá por aprovada e subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o acesso à justiça e a necessidade da criação de um fundo de assistência judiciária à população carente em Minas, similar ao existente no Estado de São Paulo, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Hércules Marques de Sá, Gerente Regional de Assistência Social Centro-Sul da Secretaria de Administração Regional Municipal Centro-Sul, convidando a Comissão para participar da Plenária Ampliada das Comissões Locais de Assistência Social Centro-Sul, que seria realizada em 30/9/2008; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", em 27/9/2008: ofícios dos Srs. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil e Antônio Achillis Alves da Silva, Presidente da Fundação TV Minas Cultural e Educativa. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Osmar Teixeira de Abreu, Secretário de Assuntos Especiais, representando Simão Cirineu Dias, Secretário de Estado de Fazenda; Marco Aurélio Ferenzini, Juiz Auxiliar da Corregedoria e Diretor do Foro da Comarca de Belo Horizonte e Renato Cardoso Soares, Secretário da Corregedoria, representando o Desembargador Célio César Paduani, Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Raquel de Oliveira Souza e Santiago, Diretora do Departamento de Apoio do Advogado da Capital - Daac -, representando Raimundo Cândido Júnior, Presidente da OAB-MG; Sérgio Márcio Costa Ribeiro, Diretor do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte; Belmar Azze Ramos, Defensor Público-Geral do Estado de Minas Gerais; Levy Eduardo dos Santos, Perito Criminal; Maria Elisa Brasil Vieira dos Santos, Presidente da Associação dos Peritos, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registram-se as seguintes presenças: Srs. Aurélio José Lara, Presidente do Instituto Mineiro de Avaliações e Perícias de Engenharia - Ibape; Onofre Junqueira Júnior, Vice-Presidente da Assistência dos Peritos Judiciais de Minas Gerais - Aspejudi-MG; Marcos Antônio Amaral Pires, Vice-Presidente da Associação dos Peritos Judiciais de Minas Gerais; Lêda Vieira Alves, Perita Contábil. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2008.

Durval Ângelo, Presidente - Ronaldo Magalhães - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 8/10/2008

Às 10h3min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Agostinho Patrús Filho, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. Registra-se a presença do Deputado Antônio Júlio. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios das Sras. Wilma Luiza Santana, Gerente da Unidade de Orçamento e Finanças do Ministério de Combate à Fome; Soiara Suziney Xavier e Sr. Max Fernandes dos Santos, respectivamente Gerente de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Gerente Regional de Negócios, da Caixa Econômica Federal; e Sr. Luiz Cláudio Monteiro Morgado, Coordenador-Geral de Finanças, Convênios e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional da Educação; César Medeiros, Diretor do Departamento de Gestão Integradada da Política do Ministério de Combate à Fome; e Elmo Braz Soares, Presidente do Tribunal de Contas do Estado (20/9/2008); Sras. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão; Janete Gomes Barreto Paiva, Reitora da Uemg; e Sr. Simão Pedro Toledo, Presidente da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado (27/9/2008); Sra. Soiara Suziney Xavier e Sr. Max Fernandes dos Santos, respectivamente Gerente de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Gerente Regional de Negócios da Caixa Econômica Federal; e Sr. Simão Cirineu Dias, Secretário de Fazenda (3/10/2008). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.426/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Lafayette de Andrada). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2008.

Jayro Lessa, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Lafayette de Andrada - Sebastião Helvécio.

#### ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 8/10/2008

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Carlin Moura e Gustavo Valadares (substituindo este à Deputada Maria Lúcia Mendonça, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Ana Maria Resende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: da Sra. Maria Cristina Fantini Silva, professora concursada no Município de Contagem, que solicita ajuda para a solução de problema funcional; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", nas datas mencionadas entre parênteses: de diversos servidores públicos da Rede Estadual de Ensino (12/9/2008), (20/9/2008) e (27/9/2008); do Sr. Nardyello Rocha de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Ipatinga (12/9/2008); das Sras. Maria da Conceição Teixeira dos Santos e Maria das Graças Trindade Morais, servidoras da Rede Estadual de Ensino (20/9/2008). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.354/2008 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, (relatora: Deputada Ana Maria Resende). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.655 e 2.676/2008 (relator: Deputado Carlin Moura); 2.671 e 2.673/2008 (relatora: Deputada Ana Maria Resende); e 2.674/2008 (relator: Deputado Vanderlei Jangrossi), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.862, 2.865, 2.877, 2.883, 2.897 e 2.901/2008. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.961/2007 e 2.262, 2.434, 2.495, 2.560, 2.593, 2.628 e 2.634/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento da Deputada Gláucia Brandão, em que solicita reunião com convidados para debater inovações tecnológicas desenvolvidas pelos órgãos públicos estaduais que promovam o desenvolvimento social, humano e econômico do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2008.

Deiró Marra, Presidente - Carlin Moura - Maria Lúcia Mendonça.

#### ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 8/10/2008

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Hely Tarquínio, Neider Moreira, Sargento Rodrigues e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e passa à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 2.757/2008, 2.324/2008 com a Emenda nº 1 e 2.536/2008 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Hely Tarquínio), 2.719/2008 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva) e 2.763/2008 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sargento Rodrigues). Os Projetos de Lei nºs 1.842/2007, 2.493 e 2.611/2008 são retirados da pauta, atendendo-se, respectivamente, a requerimentos do Deputado Hely Tarquínio, da Deputada Ana Maria Resende e do Deputado Sargento Rodrigues, aprovados pela Comissão. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 2.531 e 2.715/2008 deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores, Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Hely Tarquínio. O Projeto de Lei nº 2.561/2008 é retirado da pauta por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade dos Projetos de Lei nºs 2.563/2008 (relator: Deputado Sebastião Costa) e 2.662/2008 (relator: Deputado Neider Moreira, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 2.335 e 2.770/2008 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva), 2.754 e 2.760/2008 (relator: Deputado Sargento Rodrigues, em virtude de redistribuição), 2.759/2008 (relator: Deputado Sargento Rodrigues), 2.762 e 2.764/2008 (relator: Deputado Neider Moreira, em virtude de redistribuição), 2.767/2008 (relator: Deputado Hely Tarquínio) e 2.765/2008 (relator: Deputado Neider Moreira). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos que solicitam sejam os Projetos de Lei nºs 2.766 e 2.769/2008 convertidos em diligência ao autor, e o Projeto de Lei nº 2.768/2008, ao DER-MG. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Delvito Alves - Sargento Rodrigues - Hely Tarquínio - Sebastião Costa.



Às 15h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Célio Moreira e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as condições de segurança do aeroporto da Pampulha na hipótese de aumento do número de operações aéreas. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Cláudio Figueiredo Salviano, Superintendente do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade (Pampulha); Valter de Assis Aguiar, Diretor do Sindicato dos Aeroviários da Região Sudeste, representando Fernando Gaudino da Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários; e Ricardo Alvarenga, representando a Sra. Juliana Renault Vaz, Presidente da Associação Pró-Civitas, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Fábio Avelar, Célio Moreira e Vanderlei Jangrossi em que solicitam seja prorrogado o prazo desta Comissão por mais 30 dias; Célio Moreira em que solicita seja realizada visita desta Comissão ao Governador do Estado e ao Secretário de Transportes e Obras Públicas, para discutirem questões pertinentes ao seu objeto. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2008.

Fábio Avelar, Presidente - Gustavo Valadares.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

88ª reunião ordinária da 2ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 9/10/2008

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, caros companheiros e companheiras, Deputadas e Deputados, regressando das disputas eleitorais, muitos dos nossos companheiros aqui se pronunciaram a respeito das eleições ocorridas em seus Municípios. Gostaria de aproveitar, Sr. Presidente, um instante para fazer um reparo na fala do nosso companheiro Deputado Sávio Souza Cruz, na tarde de ontem, e também, no debate apresentado pela TV Assembléia, sobre o pronunciamento do Deputado André Quintão, quando comentaram um possível prejuízo à nossa candidatura em Teófilo Otôni, em razão da presença do Sr. Governador.

Gostaria de esclarecer, Sr. Presidente, que, na verdade, a proibição da fala do Governador em praça pública de Teófilo Otôni ocorreu em decorrência de um pedido da Prefeitura da cidade. Um pedido feito exatamente às 18h24min do dia anterior à realização do comício, às 14 horas, em praça pública. Gostaria também de relatar, de forma tranqüila, que o comício a ser realizado com a presença do Sr. Governador estava marcado desde o dia 26, o que foi comunicado a todas as autoridades, conforme a lei eleitoral. Ocorre que, olhando a história da nossa cidade, lembramo-nos de, criança ainda, presenciar comícios realizados no mesmo local em que o Governador foi impedido de falar. Foram comícios de Ademar de Barros, candidato à Presidência da República, de Jânio Quadros, candidato à Presidência da República, comício do então Governador de Minas Juscelino Kubitschek, de Tancredo Neves e de todos os Governadores que passaram pelo Palácio da Liberdade ao longo desse tempo, no mesmo espaço, no mesmo local, próximo à Câmara Municipal, cujo prédio é preexistente ao próprio prédio da Prefeitura da nossa cidade. Trata-se de um local usado por todos os políticos e em todas as campanhas eleitorais até então. Nesta campanha, até o aniversário da Prefeita, com sua valorização, abundante, foi feito nessa Praça Tiradentes, no mesmo local onde se pretendia realizar o comício com a presença do Sr. Governador.

E o interessante é que não se explicou. A grande mídia divulgou, com estardalhaço, apenas a decisão do Juiz, mas não explicou que a decisão do Juiz foi baseada em um laudo apresentado pela Prefeitura na noite anterior a um evento marcado desde o dia 26, um evento que se realizaria no dia 30, às 18h24min, tendo sido notificada a nossa coligação da proibição do uso de equipamento de som, às 11 horas da manhã, de um evento que se realizaria às 14 horas, já com o Governador voando para Caratinga, chegando a Teófilo Otôni às 13h30min.

Foi a primeira vez na nossa história, Sr. Presidente, esse ocorrido. E o Governador, de forma muito tranqüila, desceu no aeroporto, foi até o Centro da cidade, fomos ao palanque, cumprimentamos o povo, andamos no meio de populares. Só deixamos o espaço da Praça Tiradentes e o ambiente festivo com que o nosso povo recebeu o Governador - com muita alegria, diga-se de passagem -, quando militantes do PT, vindos de outras cidades para tumultuar o evento, com faixas e cartazes, passaram a ameaçar os nossos companheiros e a população da cidade que ocupavam a Praça Tiradentes. Era uma multidão que ali se aglomerava.

Mas uma tropa de choque, "importada" de fora de Teófilo Otôni e formada de pessoas completamente desconhecidas, tentou estabelecer um clima de confronto, de briga e luta. Alguns Secretários Municipais da atual Prefeitura do PT, extasiados, fanatizados, demonstravam sua ojeriza ao nosso comício, correndo atrás do carro em que eu e o Governador estávamos, xingando e gritando palavras de ordem. Uma situação de vexame para eles, e não para o povo da minha cidade. Nosso povo adorou a visita do Governador, e agradeço a presença de S. Exa. Ele é querido. Nestes dois anos que completo do meu mandato, fez investimentos em Teófilo Otôni da ordem de R\$138.000.000,00. A aprovação popular do Governador é de 80,6%.

A imprensa de Minas Gerais divulgou que o Governador foi proibido de falar em Teófilo Otôni. Divulgou fartamente a versão oficial da decisão do Juiz, mas ninguém explicou que o Juiz foi instrumentalizado por um documento da Prefeitura, da Prefeita do PT, que, ao longo desses dois anos, tem recebido as maiores benesses do governo de Minas.

Invoco o testemunho do Deputado Carlos Mosconi, que lá esteve como Presidente da Comissão de Saúde. Deputado Carlos Mosconi, no ano passado, pelo trabalho da Comissão a meu pedido, por decisão do Governador, foram colocados à disposição da Prefeitura de Teófilo Otôni R\$16.000.000,00 e, neste ano, mais R\$14.000.000,00. Investimentos da ordem de R\$30.000.000,00 no sistema de saúde da macrorregião de Teófilo Otôni, como decorrência da atuação da Comissão de Saúde desta Casa, que foi lá para ver o estrago.

V. Exa. é testemunha da presença de centenas de pessoas à porta do pronto-socorro, de dezenas e dezenas de pessoas acomodadas não em camas, não em camas, mas estiradas no chão sobre os lençóis, sem colchonetes, em busca de atendimento público. De lá para cá, Deputado Carlos Mosconi, com toda essa ajuda do Governador Aécio Neves, R\$16.000.000,00 no ano passado, R\$14.000.000,00 neste ano, a situação é a mesma. Não mudou nada! No Hospital Santa Rosália, único hospital de alta complexidade, as macas acumulam-se nos corredores. No pronto-socorro municipal, nem macas, ou poucas macas e pessoas alojadas no chão, à espera de atendimento. Postos de saúde estão desativados; 10 PSFs desativados, e agora estão simulando a existência de 15 ou 16.

Na verdade, Sr. Presidente, estou aqui porque fui provocado. Não queria falar nesse assunto, iria ficar mudo por alguns dias porque perdemos as eleições. Mas perdemos as eleições numa circunstância que vale a pena ser explicada, por isso usarei o art. 70.

Vou começar e, se não der tempo, continuarei explicando mais tarde. Em Teófilo Otôni, montou-se uma farsa, uma estrutura de corrupção eleitoral jamais vista na história da cidade. Um volume de dinheiro fantástico comprou consciências nas últimas 48 horas, e ainda, Sr. Presidente, a ZPE, que tanto defendi desde 1986 e da qual tanto falei ao longo do ano passado e neste ano, foi utilizada como instrumento de manobra para prometer, em "outdoors" espalhados por toda a cidade, 10 mil empregos diretos em uma cidade que tem 124 mil habitantes, e mais 30 mil empregos indiretos. Trata-se de uma situação, Sr. Presidente, que precisa ser clareada, e vamos clareá-la com detalhes.

O mais interessante é notar que no meu coração não cabe nenhuma mágoa. Os comentários giram em torno desse ou daquele assunto, as pessoas comentam, de ouvir falar, que aconteceu isso ou aquilo. Portanto, quero fazer a correção do que disse o Deputado Sávio Souza Cruz ontem e do que disse, em entrevista, o Deputado André Quintão no debate na Assembléia, de que o Governador fez um estrago onde foi. Em Teófilo Otôni isso não ocorreu. Lá o estrago foi feito pelo PT, que entrou com um pedido ao Juiz para que houvesse o cancelamento da fala do nosso Governador. O Governador Aécio Neves tem o meu amor e a minha estima.

Concedo um aparte do Deputado André Quintão, pois somos amigos e companheiros. O que não podemos é pegar a notícia no meio do caminho e distorcê-la.

O Deputado André Quintão (em aparte)\* - Nobre colega Deputado Getúlio Neiva, V. Exa. se enganou somente num tópico: quem disse que o Governador fez um estrago foi o seu colega de partido, Deputado Sávio Souza Cruz, aliás um dos Deputados que mais admiro nesta Casa, assim como admiro V. Exa. O comentário que fiz foi que onde o Ministro Patrus Ananias esteve presente, elegemos o Prefeito.

O Deputado Getúlio Neiva - Foi verdade. O Ministro Patrus Ananias esteve em Teófilo Otôni, desfilou em cima de um trio elétrico, o que é proibido por lei, passou pela mesma praça onde o Governador foi impedido de falar. É assim que age o PT, é assim que ele comanda o seu processo eleitoral, lamentavelmente. Não é o PT do Deputado André Quintão. Sabemos muito bem que há colegas do PT que procedem da forma mais lisa possível, que têm um comportamento ético, companheiros que somos aqui, com quem trabalhamos; agem de uma forma corretíssima no exercício do mandato. Mas em Teófilo Otôni temos os aloprados, aqueles que não respeitam a democracia, as pessoas e as autoridades, sobretudo e sobretudo, Sr. Presidente, não respeitam a história de uma cidade importante de Minas Gerais, o povo de uma cidade, como na tentativa grotesca de impedir a fala do Governador. Com a complacência, com a "boa-vontade" da Justiça Eleitoral, não só proibiram que o Governador falasse, mas impediram também a nossa propaganda volante, num TAC surpreendente. Não pudemos fazer propaganda volante na última semana da campanha eleitoral porque ela estava criando o que eles chamaram de "onda do 15".

Realmente, foi uma situação vexatória. Falo aqui sem rancor, sem nenhum ódio, com uma única preocupação: ressaltar que o Governador de Minas Gerais foi bem recebido em Teófilo Otôni pelo povo, abraçado por todos, continua sendo estimado e amado por nossa gente e continuará a sê-lo. O ato que se cometeu contra o Governador de Minas foi uma brutalidade jurídica, com manipulação feita pela Prefeitura de Teófilo Otôni, que, num gesto de descortesia, de falta de educação política, sobretudo um gesto de ingratidão, pois foi o Governador que mais investiu na cidade em toda a sua história, foi à Justiça a fim de impedir que o Governador falasse ao público.

O Deputado Vanderlei Miranda - Deputado Getúlio Neiva, eu dizia recentemente que a sua eleição em Teófilo Otôni seria uma perda para esta Casa e um ganho para a população de lá. Com alegria, eu o vejo neste Parlamento, de volta, e também fico alegre porque este Parlamento continua ganhando por sua inteligente forma de usar esta tribuna, como está demonstrando neste momento.

O que me traz aqui para apartear-lo é a alegria em relação à reunião que tivemos nesta manhã - V. Exa. também participou - com toda a Bancada do PMDB, juntamente com o Deputado Federal Leonardo Quintão, candidato à Prefeitura de Belo Horizonte. A bancada mostrou-se empenhada, mantendo o princípio de unidade do PMDB, desmentindo o que às vezes é dito por aí, que o PMDB é rachado e anda esfacelado. A bancada uníssona, reunida no gabinete da Liderança, do Deputado Gilberto Abramo, empenhou o seu apoio e já está nas ruas trabalhando em favor da campanha do Deputado Leonardo Quintão para este segundo turno das eleições em Belo Horizonte. V. Exa. lá estava, com a experiência que tem. Cremos que, de fato, teremos, sim, um bom trabalho a desempenhar. Está de parabéns toda a Bancada do PMDB nesta Casa, que demonstrou a sua força ao se reunir com o nosso candidato. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - É uma honra poder ouvir o Deputado Vanderlei Miranda. Concedo aparte ao nobre Deputado Adalclever Lopes.

O Deputado Adalclever Lopes (em aparte)\*- Querido Deputado Getúlio Neiva, que fez um brilhante trabalho e participou de uma guerra, sabemos o que significa lutar contra a máquina. V. Exa. representou muito bem o povo de Teófilo Otôni e, nas urnas, mostrou que o PMDB goza no Município de densidade e respeito.

Quero fazer uma denúncia. Deputados Vanderlei Miranda e Ivair Nogueira, estão contratando um rapaz cujo nome, se não me engano, é Sylvester Stallone ou Rambo, para tumultuar as reuniões do candidato a Prefeito pelo PMDB. A democracia não pode permitir essa prática, Deputado Getúlio Neiva. Portanto, queremos fazer essa denúncia antecipadamente. Disseram, não sei se é verdade, que o Deputado Miguel Correa Júnior é quem o está contratando.

O PMDB estará na vigília democrática, como disse o Deputado Sávio Souza Cruz, em defesa da democracia e do nosso candidato, para que este tenha a liberdade de se expressar nas universidades. Somos, caro Presidente, como uma família que às vezes tem suas desavenças, ou como um casal que já está junto há 50 anos. Todavia, não nos separaremos facilmente. Continuaremos casados e ganharemos as eleições em Belo Horizonte a fim de mostrar ao povo de Minas que o PMDB tem força e unidade. Muito obrigado, Deputado Getúlio Neiva.

O Deputado Getúlio Neiva - Obrigado, Deputado Adalclever Lopes. Não, meu voto é meu.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)\* - Agradeço a compreensão da Presidência. Cumprimento V. Exa., a quem prestamos nossa solidariedade no processo. O PT que infelizmente existe é esse que está contratando um cidadão cujo nome, parece-me, é Rambo, que, por sua vez, contratará uma tropa de milícia para tentar tumultuar os debates e constranger o candidato do PMDB, Deputado Leonardo Quintão.

Tudo isso é desespero dos derrotados, já que, parece, as pesquisas estão apontando um percentual de 63% para o Deputado Leonardo Quintão e de 35% para o candidato do poste, para o candidato do mandonismo, para o candidato dos Palácios. É o desespero que leva essa gente à sordidez de contratar milícia para tentar constranger a candidatura do PMDB. Mas isso não dará certo, Minas falará mais alto em favor da liberdade e da democracia, ao colocar na Prefeitura o Deputado Federal Leonardo Quintão.

O Deputado Getúlio Neiva - Agradeço suas palavras, Deputado Sávio Souza Cruz. Podem contratar Sylvester Stallone, Rambo ou quem quiserem, porque nosso candidato tem a cara do Clark Kent. Basta ele tirar a roupa para virar o Super-Homem. Um abraço, Sr. Presidente. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Mosconi\* - Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, telespectadores da TV Assembléia, por esses dias o assunto

eleitoral tomará conta das nossas discussões nesta Casa, o que é absolutamente natural e muito democrático. Cada um deve manifestar sua posição e oferecer sua opinião, o que é muito correto. Todavia, faço questão de vir a esta tribuna para tratar de um outro assunto.

Meu pronunciamento visa tranquilizar os interessados em uma questão que tratarei aqui. Realizamos ontem, na Comissão de Saúde, uma audiência pública para tratar de um problema grave que vem ocorrendo no Estado, principalmente nos hospitais de emergência, urgência, prontos-socorros e de pronto-atendimento. Não faz diferença tratar-se de hospitais públicos, privados ou filantrópicos.

Refiro-me a uma exigência feita pela Secretaria de Desenvolvimento Social e, portanto, pela Polícia Civil do Estado, com a participação da Polícia Militar. Os socorristas, os médicos que estão prestando serviços nos prontos-socorros ou nos heliportos, como especialistas em urgências, quando de plantão, estão sendo obrigados a fazer exames periciais ou exames de corpo de delito de qualquer maneira.

Então, a classe médica estava enfrentando grande constrangimento, pois esses especialistas, na realidade, não têm qualificação nem competência legal para exercer a função de médico-legista e de médico perito. Isso causou problemas para a cidade de Monte Carmelo, onde o processo foi deflagrado. Houve até pedido de prisão de um médico que estava de plantão. A mesma situação ocorreu em outras cidades, entre elas Poços de Caldas. Então, isso causou grande transtorno nos locais de atendimento de urgência. Os médicos mantêm a atenção totalmente voltada para esse tipo de atendimento, pois chegam a esses locais pacientes em estado grave. Como sabemos, num momento como esse, o atendimento deve ser prestado o mais rápido possível. E se o médico não tem condição - não está ali para fazer isso - de fazer a perícia, quando ela for necessária?

Ouvimos, então, o Dr. Hermann Von Tienhausen, ex-Presidente do Conselho Regional de Medicina, que deixou a Presidência no dia 1º/10/2008, tomando posse, em seu lugar, o Dr. João Batista. Cumprimento o Dr. Hermann pelo trabalho magnífico à frente do Conselho Regional de Medicina, pois fez um trabalho de grande profundidade, de grande presença em todo o Estado, engrandecendo o exercício da profissão em nosso Estado. Ou seja, trabalhou em defesa do exercício da medicina, mas também exigiu dos profissionais médicos um trabalho feito com dignidade, correção e ética. Parabênico, portanto, o Dr. Hermann pelo seu trabalho, e desejo ao Dr. João Batista que também consiga desempenhar bem suas funções.

Como estava dizendo, em Poços de Caldas, durante a cerimônia de posse da nova direção da associação médica da cidade, oportunidade em que contamos com a presença do então Presidente do Conselho Regional de Medicina, presenciei um fato interessante: duas médicas reclamaram do que estava acontecendo na cidade, relatando que, em alguns casos, de acordo com as circunstâncias, estavam sendo obrigadas a fazer um laudo pericial. Como estavam se recusando a fazer o laudo, enfrentavam problemas de toda ordem. Diante disso, o Dr. Hermann acionou a Comissão de Saúde, e participamos de uma reunião com ele no Conselho Regional de Medicina para tratar do assunto. Algumas vezes, conversamos sobre essa questão em Belo Horizonte e em outros lugares do Estado.

Ontem, realizamos uma audiência pública com o intuito de tratar desse assunto de forma definitiva. Contamos com a presença de representantes do Conselho Regional de Medicina, do Instituto Médico Legal, da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado e da Polícia Civil. Depois, o Conselho mostrou o desdobramento da denúncia feita. Ouvimos os participantes da audiência pública. Sentimos que a solução poderia advir de uma discussão profunda, visando ao entendimento. Imaginamos que, prevalecendo o bom-senso, as coisas ocorreriam de forma razoável. Entendo que, no final da história, isso acontecerá. Aliás, penso que já começou a acontecer.

Sr. Presidente, chamo a atenção das pessoas interessadas nesse assunto. De ontem para hoje, recebi vários "e-mails" de médicos, Diretores de hospitais, socorristas e plantonistas, que me perguntavam: "o que fazer agora?".

Depois da reunião de ontem, penso que a Secretaria de Desenvolvimento Social, a Polícia Civil e a Polícia Militar não mais manterão essa posição. Houve um acordo preliminar, segundo o qual só farão exames periciais os Peritos do Estado de Minas Gerais.

Até porque o Estado realizou um concurso no ano passado e, neste ano, designou e contratou 360 Médicos Peritos para serem colocados - e já o foram - nas diversas regionais do Estado, em números de três ou de cinco. Todas as sedes regionais do Estado têm Médicos Peritos. Os exames periciais deverão ser feitos por esses Médicos Peritos, ou seja, Peritos oficiais do Estado, concursados. Eles farão o exame pericial de forma direta, quando possível. Por exemplo, quando for na sede do Município, o Perito que estiver de plantão será acionado e irá até o pronto-socorro, ao pronto-atendimento ou ao hospital para fazer o exame pericial. Quando não for possível a presença imediata do Médico Perito, ele poderá fazer o exame de forma indireta. O médico, em uma cidade do interior, não sede regional, que estiver atendendo no hospital de plantão ou no pronto-socorro, deverá fazer o seu prontuário médico, como se faz de rotina. Constará no prontuário do paciente tudo o que ele tiver, seu exame físico, seus exames laboratoriais, sua história. O Perito, ao analisar o prontuário médico, fará o exame pericial de forma indireta, sem nenhuma prejuízo para o paciente ou para os serviços, inclusive para o serviço policial, que necessitará do exame judiciário, pericial. Não haverá nenhum problema.

Sr. Presidente, a partir dessa conversa que tivemos, o médico socorrista, o plantonista do pronto-socorro não está mais obrigado a fazer o exame pericial, que não é sua função. Esse acordo preliminar já foi feito. Para resolver esse problema, penso que haverá uma portaria da Secretaria de Desenvolvimento Social ou uma norma que já existe será oficializada e ressaltada novamente, a fim de que todos saibam que o plantonista não será mais obrigado a fazer o exame pericial, para o qual ele não é capacitado. Há um acordo preliminar a esse respeito. Os casos excepcionais, não previstos, deverão ter uma solução de acordo com as circunstâncias, o momento e o local onde ocorrerem. Os profissionais que ali estavam ontem consideram que esses casos excepcionais não chegam a 1% do total dos casos que precisam de exame pericial. Trata-se de um número inexpressivo, que de maneira alguma prejudicará a grande maioria dos exames periciais que serão feitos, a partir de agora, pelo Perito, de forma direta ou indireta. Essa situação trará tranquilidade para os plantonistas nos prontos-atendimentos, nos prontos-socorros e nos hospitais do Estado. Conseguimos chegar a essa posição muito correta e sensata. Tudo, naturalmente, com a compreensão da Secretaria de Desenvolvimento Social e com a firme posição e o firme trabalho do Conselho Regional de Medicina.

Nisso está envolvido o sigilo médico. O prontuário médico não pode ficar andando daqui para ali sem uma tramitação oficial a comandar a sua observação e o seu deslocamento do setor médico para o setor policial ou para o setor de segurança. Isso foi muito bem observado. Oferece-se uma condição de trabalho muito melhor para o profissional do pronto-socorro, que está ali na missão extremamente difícil e complicada de atender os casos de urgência. A partir de agora, não terão mais esse problema, com o qual se defrontavam a todo momento, de realizar os exames periciais, o que não é de sua competência.

Sr. Presidente, trago essa notícia para tranquilizar os que trabalham nessa área e também os dirigentes dos hospitais do Estado, que, a partir de agora, terão uma posição muito mais correta e clara a respeito do funcionamento pleno e adequado do pronto-socorro. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura\*- Exmo. Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, ilustres Deputados e Deputadas, imprensa, público das galerias, telespectadores da TV Assembléia, esta é a primeira oportunidade em que uso esta tribuna após o primeiro turno das eleições, e não poderia ser diferente.

Dirijo um agradecimento especial à população de Contagem pela expressiva votação que me concedeu. Fui candidato a Prefeito dessa cidade operária e altaneira e obtive mais de 33 mil votos dos eleitores e das eleitoras. O que mais nos deixa feliz, Sr. Presidente, é que, coincidentemente, o primeiro turno das eleições municipais de 2008 ocorreu exatamente no dia 5 de outubro, data em que comemoramos 20 anos da promulgação da Constituição cidadã, a Constituição da República Federativa do Brasil. Isso demonstra a importância dos valores democráticos e das conquistas que essa Constituição trouxe para o povo brasileiro e para os nossos Municípios. De forma muito especial, a cidade de Contagem, com oito candidatos, teve uma eleição marcada pela politização, pelo debate, pelas contradições e divergências de projetos, o que é fundamental para a construção democrática. Disputaram a eleição oito candidatos, diferentemente, nobre Deputado Sávio Souza Cruz, do que ocorreu na Capital, onde se procurou de alguma forma esvaziar o debate político tentando-se induzir o eleitor como se a eleição já tivesse sido previamente decidida. Em Contagem houve debate, participação, apresentação de propostas e candidaturas por parte dos partidos políticos, além de divergências, mas tudo de forma natural, como ocorre no processo democrático. Para nós, do PCdoB, o resultado foi extremamente positivo. A cidade de Contagem caminha para o segundo turno refletindo sobre o momento político que o Brasil atravessa. Lá o eleitorado polarizou a eleição num projeto que tem, de um lado e à frente, a candidata do PT, a atual Prefeita Marília Campos, e, de outro lado, o candidato do PSDB, nosso colega nesta Casa, Deputado Ademir Lucas. O interessante é que lá a disputa ocorre com discussão de projetos, não é, portanto, uma disputa pessoal entre a Marília e o Ademir, e sim uma disputa de dois projetos distintos. Um deles tem à frente o que é muito bem representado pelo nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que muito tem feito pelo Brasil proporcionando avanço nas políticas públicas de inclusão social. É um Presidente que muito tem feito pelo Brasil e avançado nas políticas públicas de inclusão social; um Presidente que tem sido a marca do crescimento e do desenvolvimento econômico. Mesmo vivendo num momento em que a economia mundial passa por séria crise, graças ao acerto do Presidente Lula o Brasil vai bem, as obras estão em andamento e os programas sociais continuam sendo implementados. De outro lado, está o projeto do PSDB. Na cidade de Contagem, o PCdoB é um aliado histórico do Presidente Lula e do PT, e por isso optamos, neste segundo turno, por continuar a nossa caminhada ao lado do PT e da Prefeita Marília Campos, para dar continuidade a um projeto de debate e aprimoramento das políticas públicas. Nós, do PCdoB, temos convicção de que é importante a aliança de amplas forças políticas para enfrentarmos os gargalos que a cidade de Contagem possui, como, por exemplo, o da saúde, que é o mais importante deles. Estas eleições são o momento de aglutinar forças e deixar de lado as nossas divergências políticas e ideológicas, a fim de construirmos um projeto que dê resultados concretos para o cidadão e melhore a saúde pública de Contagem. O PCdoB tem essa convicção e vai trabalhar para isso. Também precisamos dar continuidade aos programas de melhora das condições de vida, especialmente dos moradores de periferias, vilas, aglomerados e bairros. Essa é a nossa convicção. Em Contagem, o PT consegue aglutinar amplos setores, como é o caso do PMDB, do PTB, do PCdoB e do PV, em prol da unidade do povo, para melhorar a vida do cidadão comum, do trabalhador e da trabalhadora.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)\* - Deputado Carlin Moura, queria cumprimentá-lo e acredito fazê-lo em nome de toda a Bancada do PMDB nesta Casa. Cumprimentá-lo pelo desempenho e pela reunificação da base do governo federal, ocorrida em Contagem, com a sua participação na campanha da Prefeita Marília Campos. Em Belo Horizonte a situação é um pouco diferente, visto que não houve essa unificação, mas hoje há garantia de vitória não só do PMDB, mas também da vitória da liberdade e da vitória do povo, que continuará tendo o direito de escolher seus governantes. Ouvi agora um comentário que registra bem o que é esse mandonismo. O coordenador da campanha do "poste" foi escolhido pelo Palácio e licenciado da Secretaria para coordenar a aludida campanha em Belo Horizonte, ele que é um político de Juiz de Fora, o Secretário Pestana. E agora afirmaram que eles não perdem a campanha em Belo Horizonte de jeito nenhum. Não fique preocupado, Deputado Carlin Moura, pois não se trata da eleição, e sim do fato de que cada um conseguiu comprar um GPS. É por isso que, agora, eles não mais se perdem em Belo Horizonte. Meus parabéns pelo seu pronunciamento.

O Deputado Carlin Moura\* - Agradeço as palavras do ilustre Deputado Sávio Souza Cruz. Deputado Sávio Souza Cruz, confesso a V. Exa. que nunca estive tão feliz como agora. Isso porque, desde a primeira hora, sempre confiei na altivez e na independência do eleitorado de Belo Horizonte, eleitorado que, desde a redemocratização do Brasil, ou melhor, desde as eleições de 1988, tem demonstrado avanço, independência e soberania. Quando assistimos à intenção e ao propósito de alguns de querer despolitizar o debate político em Belo Horizonte, já desconfiei de que isso não daria certo. Essa história de querer transformar a eleição de Belo Horizonte, da Capital dos mineiros, da Capital do Estado que carrega na sua bandeira a marca da liberdade, como se fosse uma disputa de quem tem mais apoio de fulano e sicrano, desconsiderando o eleitor, já imaginava que não daria certo. Aliás, tinha plena convicção disso, e o eleitor de Belo Horizonte mostrou nas urnas essa independência e soberania para dizer que quem manda no voto dele é realmente ele próprio. Não há cacique nenhum que mande no voto do eleitor. Não há cacique nenhum que vá dizer em quem o eleitor deve votar, pois ele vota com sua consciência, com sua análise crítica, de acordo com seus projetos e visão de mundo. Belo Horizonte, mais uma vez, deu a demonstração dessa altivez e independência. Temos de valorizar essa perspectiva sempre. Ainda hoje, quando declarava meu apoio à reeleição da Prefeita Marília Campos em Contagem, uma repórter perguntou-me se eu teria a capacidade de transferir meus votos para a Prefeita. Eu lhe respondi que sim, que tinha capacidade de transferir integralmente meus votos à Prefeita Marília Campos, porque o único voto que tenho é o meu, do qual sou dono. O meu voto posso transferir à Prefeita Marília Campos porque sou dono dele, mas o voto do eleitor será definido por ele. Como homem público, declarei que estou ao lado da Prefeita Marília Campos e que votarei nela, assim como os militantes do meu partido também declararam. Mas em quem o eleitor votará, o caminho que escolherá, isso compete a ele, e não serei eu que direi em quem ele deve votar. Não tenho essa pretensão nem nunca terei. Respeito demais a independência do nosso eleitorado e a sua politização e tenho a convicção de que o eleitorado de Contagem saberá escolher o melhor caminho para a sua cidade. Tenho essa certeza, e o mesmo ocorrerá em Belo Horizonte. Nesta oportunidade, não poderia deixar de parabenizar, de forma muito especial, a eleição da nossa Prefeita de Governador Valadares, o que me deu muita alegria. Fiquei muito feliz em ver que Governador Valadares também deu o grito de independência e altivez elegendo essa grande parlamentar, nossa Líder, que tem feito trabalho exemplar e maravilhoso nesta Casa, a Deputada Elisa Costa. Parabéns pela brilhante vitória, Deputada Elisa Costa, parabéns ao povo de Governador Valadares pela expressiva vitória. Não posso deixar de cumprimentar ainda a ilustre Deputada Maria do Carmo Lara, que também deu um "show" de democracia e independência na nossa cidade operária de Betim. Parabéns, Maria do Carmo, parabéns aos eleitores de Betim, que foram maravilhosos e independentes. Para não dizer que só tenho parabenizado os eleitores do PT, também quero dizer que estou muito feliz e satisfeito com a eleição do nosso Prefeito de Uberaba, ex-Presidente desta Casa, Anderson Aduino. Tive oportunidade de ir lá antes das eleições e tinha a convicção de que ele também seria reeleito. Parabéns por sua grande e expressiva votação. E, para não dizer que parabenizo só os meus aliados, parabenizo um adversário meu nas eleições, que promoveu uma derrota histórica a este Deputado, o Prefeito eleito de Virgolândia, Chiquinho Leite, do PMDB. Ele não tinha o meu apoio nas eleições, mas parabenizo o povo de Virgolândia pela grande participação. Chiquinho Leite, parabéns e sucesso na gestão; que Deus o abençoe para continuar esse trabalho maravilhoso. Muito sucesso para o povo de Virgolândia.

Continuo parabenizando os aliados. Parabenizo o Prefeito de Belo Oriente, Dr. Humberto. Que cidade maravilhosa é Belo Oriente, que povo maravilhoso! Fizemos o Dr. Humberto Prefeito, fizemos vários Vereadores, como Tião Faria e Carlos Miguel. Parabéns a todos vocês. Parabéns ao Dr. Bruno pelo brilhante trabalho. Cumprimento também ao nosso Prefeito eleito de Periquito, Luiz Reis, pelo brilhante trabalho, e o ex-Prefeito de dois mandatos, Nereu, que foi vitorioso em Periquito. Cumprimento também a Maria José Hauelsen, reeleita em Teófilo Ottoni, por quem torcemos muito. Foi a vitória do povo e do programa do Presidente Lula. Cumprimento ainda ao Prefeito de Coroaí, Emerson Andrade, também eleito no campo do Presidente Lula, no campo do projeto democrático popular. Isso é maravilhoso: quando se trabalha, os resultados vêm. O povo reconhece os resultados. O Presidente Lula mostrou que, para trabalhar, basta ter simplicidade, modéstia, respeito e sintonia com o povo. Dessa forma, os resultados vêm. Acredito no futuro deste país e deste Município e no futuro do seu povo trabalhador humilde e sofrido. Acho, então, que a Constituição de 1988, que completou 20 anos em 5/10/2008, ganhou o seu melhor presente: o reconhecimento e a independência do povo e a soberania popular. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Deputado Eros Biondini; Srs. Deputados; imprensa; senhoras e senhores que nos acompanham das galerias e pela TV Assembléia; funcionários da Casa. Estamos num momento difícil para a economia mundial e, apesar de o Presidente Lula achar que o Brasil está blindado contra a crise, isso não é verdade.

Neste período de tanta nebulosidade, diante de uma provável recessão - sem essa idéia de ser pessimista, mas realista -, com as Bolsas de Valores caindo exageradamente, o dólar subindo, o real se desvalorizando, bancos e outras entidades do setor quebrando, os juros bancários

subindo, em que se socorre com dinheiro público as instituições financeiras etc., quando o governo brasileiro deveria estar protegendo as empresas para que continuem produzindo, vendendo e exportando, trazendo divisas e empregos, o Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, anuncia que o governo federal quer mais imposto das mineradoras.

O Ministro estuda uma tributação ainda maior para taxar as empresas mineradoras e estabelece uma comparação mostrando que a tributação do petróleo chega a 65%, enquanto para o setor minerário é de 12%. O governo federal - aqui, o Ministério das Minas e Energia - lançou uma força-tarefa para alterar o marco regulatório do setor de mineração, com o objetivo de ampliar as compensações financeiras pagas pelas empresas e introduzir regras que estabeleçam prazos para que as áreas concedidas sejam exploradas. Lobão disse que o Ministério ainda está estudando, mas tinha a impressão de que a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM - também deverá subir, sem revelar quando ou o quanto irá subir. Hoje a CFEM cobrada gira em torno de 2% da receita líquida, mas tanto a Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais - Amig - quanto o Projeto de Lei nº 1.453/2007, do Deputado Federal mineiro José Fernando Aparecido, que está tramitando no Congresso Nacional, querem elevar a CFEM para 4%, alíquota que incidirá sobre o faturamento bruto.

Acha o Ministro Lobão que a elevação poderá ser de 12%, mas a Vale diz que recolhe 20%, e, segundo estimativas, a arrecadação com a CFEM hoje chegará a R\$560.000.000,00 apenas em Minas Gerais, até o final deste ano, com a alíquota de 2%. Se ela fosse 4% do bruto, seriam R\$1.500.000.000,00. O Sr. Ministro Lobão foi ainda infeliz quando disse que novas concessões de lavras estão suspensas, pois não podemos "dilapidar um patrimônio que é da União".

O Ministro apresentou essas observações de forma equivocada e infeliz. "As mineradoras" devem ser inscritas com letras maiúsculas, pois geram divisas e emprego, desenvolvem as cidades onde se instalam, agem com responsabilidade social e ambiental, divulgam e engrandecem o Brasil levando o nome do nosso país aos quatro cantos do mundo. Citamos como exemplo desse trabalho e dessa divulgação: Vale, Arcelor-Mittal, V&M ou Sumitomo, Usiminas, CSN, Gerdau, Samarco e tantas outras.

O Ministro acredita que os valores pagos pelas empresas para terem direito de explorar uma área são muito baixos, o que estimularia, segundo ele, a especulação. Elas comprariam barato o direito de exploração das áreas, mas, como não há prazo para a devolução caso não desenvolvam as jazidas, revendem as concessões por valor maior. O Ministro precisa é de dotar o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - de estrutura administrativa e de recursos humanos suficientes para não ficarem milhares e milhares de processos atrasados, sem licenciamentos, alguns com mais de cinco anos, o que é um absurdo, atrasando os empreendimentos e os empresários que querem trabalhar corretamente, mas que sofrem essas agressões do Ministério e do governo federal. Você quer ver a fiscalização chegar? É só fazer algo no empreendimento que ainda não conseguiu os licenciamentos que estão atrasados em razão da ausência do DNPM. Aí, chegará rápido, assim como as multas.

Citamos exemplos, como o de uma cascalheira em Felixlândia. Há um ano e meio solicitou-se o licenciamento ao DNPM, o que até hoje não saiu. Concedeu-se permissão à Prefeitura de Felixlândia para retirar cascalho para as ruas da cidade. Quando a Prefeitura estava retirando esse cascalho doado, o DNPM chegou lá, lacrou tudo e multou o empresário em R\$6.000,00, e não a Prefeitura. Liberou a cascalheira para a Prefeitura colocá-la a serviço do povo. Há um ano e meio espera-se licenciamento para começar a trabalhar, ainda não se está produzindo, trabalhando nem ganhando nada. Uma doação feita para a Prefeitura resultou em multa. É só trabalhar sem estar autorizado que a fiscalização chega - mas não chega antes, para dar autorização, fazer a fiscalização que deveria.

Em Luziânia, cidade de Goiás, desde o dia 6 até amanhã estará ocorrendo o 8º Encontro Internacional de Pequenos Mineradores, que reúne ONGs de todo o mundo com interesse e atuação em mineração de pequena escala, para discutir os problemas enfrentados por esse setor no mundo e as formas de promover o seu desenvolvimento sustentável, já que 70% de toda a mineração no Brasil é feita por esse segmento, segundo nos informa o Ministro Lobão.

É necessária, Sr. Ministro, uma discussão ampla com todos os interessados à mesa, para buscar o consenso. Não tome decisão precipitada, intempestiva, inoportuna e em momento impróprio. O preço das "commodities" está caindo, assim como o do aço. Há um mês o barril de petróleo custava US\$114,00. No pronunciamento do Presidente Lula, eufórico com o descobrimento do petróleo da camada do pré-sal, ouvi-o dizer que teremos recursos para vários setores, a fim de desenvolver a sociedade brasileira. E aí, de uma hora para outra, o preço do barril de petróleo cai para quase US\$80,00 e poderá cair ainda mais. E se o preço ficar muito baixo, poderá inviabilizar a retirada desse petróleo da camada do pré-sal. Então, é preciso muita prudência e equilíbrio nas manifestações para não se incorrer em erros e em pronunciamentos infundados, precipitados e ilógicos. Basta a turbulência que vem de fora; por isso, não se deve criar internamente outras turbulências, para a situação não piorar. O Ministério das Minas e Energia deveria ser aliado e parceiro do setor produtivo na tentativa de reduzir a carga tributária, uma das maiores do mundo, a fim de melhorar a competitividade nacional e internacional. Na siderurgia, tudo é câmbio, e o impacto maior é a valorização do dólar.

Minas Gerais, que responde por 44% da produção mineral brasileira, deverá receber inversões, investimentos de mais ou menos US\$17.000.000.000,00, cerca de 33% dos investimentos, de aproximadamente US\$56.000.000.000,00, previstos para o setor minerário do Brasil nos próximos quatro anos. Por isso, Sr. Ministro, melhore a fiscalização da sua Pasta, pois, só em Minas Gerais, temos cerca de 300 Municípios mineradores, mas apenas 200 recolhem os "royalties", deixando de cumprir a legislação vigente. Aumente também os recursos humanos para não demorem tanto, com tanta burocracia e covardia, os licenciamentos, que atrasam bastante os empreendimentos e geram enormes prejuízos para os grandes e, principalmente, para os pequenos empreendedores do setor minerário.

O setor extrativista é eminentemente exportador, e, em tal contexto, a imunidade tributária é necessária para que possa concorrer em condições mais vantajosas no mercado externo e no mercado interno, cuja carga tributária, como já disse, é uma das maiores do mundo. A indústria mineral tem participação expressiva no saldo positivo da balança comercial do País - 21% do total em 2007, ou seja, US\$8.600.000.000,00. Se houver elevação da carga tributária sobre os produtos da indústria extrativista, Minas Gerais será o Estado mais atingido. Apenas a Vale estará realizando investimentos de US\$8.600.000.000,00 até 2012.

Como Presidente da Frente Parlamentar de Apoio à Indústria Mineral de Minas Gerais, na próxima semana, solicitarei ao Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa, que crie a Comissão Especial da Mineração para consolidarmos os estudos advindos do fórum técnico "Minas de Minas" e estabelecermos uma política minerária para o Estado. Solicito também ao Ministro Edison Lobão mais prudência, juízo e maturidade para criar, produzir e promover o que o setor mineral produtivo necessita para crescer e tornar-se mais ágil e mais competitivo; e para não gerar mais tributos, que poderão sufocar as empresas existentes e desestimular novos investimentos e novos empreendimentos.

O outro assunto que gostaria de tratar, Sr. Presidente, é a premiação que a Assembléia de Minas recebeu ontem, dia 8, da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial - Aberje -, na 34ª edição de seu prêmio, na categoria Eventos Especiais, com o projeto Expresso Cidadania. Essa é uma das mais conceituadas premiações da comunicação e foi concedida em cerimônia realizada em São Paulo. A Assembléia Legislativa fez a defesa do tema em audiência pública nacional realizada na Capital paulista, no último dia 22 de setembro. Queremos dividir esse prêmio da Assembléia Legislativa com o TRE-MG, com a Secretaria de Educação, com a Fiemg, com o Sesi, com o Instituto de Identificação, com a Cemig e com a Copasa. Os Prêmios Regional e Nacional da Aberje ganhos pela Assembléia com o projeto Expresso Cidadania são o reconhecimento de uma parceria na formação de novas gerações de cidadãos e jovens conscientes para a política e a vida pública. Sr. Presidente, essas eram as minhas considerações.

O Deputado Padre João\* - Sr. Presidente, tentarei ser breve. Embora pensasse em falar exclusivamente sobre moradia, "habitat", farei uma consideração, com permissão e respeito, relativa ao pronunciamento do Deputado Doutor Viana, que novamente preside os trabalhos.

Esta Casa foi a única do País a contribuir para a discussão da atividade minerária. Houve também a participação, se não me engano, de um representante do Pará. Minas Gerais é um Estado minerador. A maioria dos seus Municípios têm atividade minerária e, conseqüentemente, a compensação direta da CFEM. Então, foi unanimidade, no seminário "Minas de Minas", que o percentual da CFEM, 2%, é muito pouco se comparado, por exemplo, ao dos "royalties" do petróleo. Esse ponto foi consenso no seminário.

Quero deixar aqui um protesto - não sei se é bem isso - junto a esta Casa, ao Presidente. Fui o primeiro proponente da realização do seminário "Minas de Minas" e até hoje não fui comunicado de nenhum desdobramento. Retirou-se um grupo de trabalho para apresentar o relatório final à Câmara dos Deputados, ao Ministério das Minas e Energia e a vários outros setores, e eu, pelo menos, não fui comunicado de nada. Portanto, deixo o meu apelo ao Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, em relação a esses desdobramentos. Se houve algum desdobramento, não fui comunicado. Se não fui comunicado, considero um desrespeito, pois, repito, fui o primeiro proponente da realização desse seminário. Temos de rever isso.

Temos de distinguir a mineradora que beneficia a região, que agrega valor ao minério no Brasil, da mineradora que extrai o minério para exportação, sem agregar nenhum valor, e ainda é beneficiada pela Lei Kandir. É uma grande injustiça. Ela recebe incentivo para exportar nosso produto sem agregar valor, sem gerar emprego, ou seja, não traz benefícios sociais e ambientais.

Vim a esta tribuna - tenho poucos minutos, mas, desde já, conto com a compreensão de V. Exa. - para registrar que, no dia 6, celebramos o Dia Mundial do Habitat. Isso é muito importante. Quando falamos de "habitat", pensamos na onça, em todo tipo de bicho e nos esquecemos do bicho homem, do ser humano.

E o Ministério das Cidades, quando destaca essa celebração, em sintonia com o mundo, e apresenta no Brasil um destaque, é para fortalecer a política habitacional, a política de moradia. A requerimento de minha autoria, realizamos aqui também algumas audiências públicas, durante todo o ano, em que procuramos discutir, aprofundar, avaliar a política e propor o seu aprimoramento. Então, a data do dia 6 é simbólica e tem como objetivo recolocar em pauta para a sociedade a questão da moradia como necessidade básica do ser humano, assim como é fundamental para a construção de cidades e sociedades mais justas e democráticas.

A situação é ainda considerada grave no Brasil. Por mais que saibamos que é uma política nova e há avanços, a situação ainda é grave. Segundo estudos da Fundação Getúlio Vargas, o déficit habitacional do País, hoje, é de 6 milhões de unidades. É um número muito alto. A causa disso é que o déficit se acumula mais rapidamente do que os investimentos feitos em novas moradias para famílias de baixa renda, embora esses investimentos tenham aumentado bastante nos últimos anos. Basta olharmos o que foi investido nos últimos anos, com uma projeção. Em 2004, R\$80,5 bilhões; em 2005, R\$83,5 bilhões; em 2006, R\$90,6 bilhões; em 2007, R\$102,3 bilhões; e a projeção para 2008, em execução, é de R\$119,2 bilhões. Aliás, há projeções para até 2011.

No nosso mandato realizamos aqui uma audiência pública para discutirmos a importância da política habitacional em Minas Gerais. Uma das reivindicações que apresentamos foi a discussão do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas, criado pelo governo do Estado em 2006, que não vem funcionando a contento. Esse Conselho Estadual é um instrumento fundamental para fazer avançar a política habitacional em Minas Gerais. Em nível nacional, há um fundo amparado também por um conselho responsável por captar esses recursos, repassar para agentes financeiros, que repassam para as entidades que trabalham com moradia. Em Minas Gerais esse Conselho não está funcionando do jeito que é preciso. Outro assunto que abordamos foi a necessidade urgente da promoção da regularização fundiária de várias regiões do Estado. É verdade que alguns Municípios já celebraram convênio com o Iter, que possibilita avanços. Mas, sem essa regularização fundiária, não há como avançar, porque o primeiro documento que a Caixa Econômica pede é o do imóvel. Sem a documentação do imóvel não há como pegar o crédito. Não somente o crédito, mas um subsídio, porque o valor repassado pelo governo é coisa de mãe para filho. Só para se ter uma idéia, citarei um resumo, quais são os agentes importantes da política de moradia? É o próprio Ministério das Cidades, na qualidade de gestor responsável; a Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador; e as entidades. Ou seja, qualquer Município pode ter uma entidade sem fins lucrativos vinculada ao setor habitacional; esta, então, na qualidade de proponente. Ela é responsável por encaminhar ao Ministério das Cidades, na forma e na condição estabelecida pelo próprio Ministério, suas propostas para fins de participação. Então, todo projeto é apresentado por essa entidade.

Sr. Presidente, antes de encerrar, queria apenas destacar qual é essa política em relação aos recursos. Não estou falando de empréstimos, mas de subsídios, de recursos a fundo perdido. Produção ou aquisição de unidades habitacionais ou requalificação de imóveis, reformas. Para a Capital há um repasse de R\$30.000,00. Para Municípios com população urbana igual ou superior a 100 mil habitantes ou sede de Capital estadual, R\$24.000,00. Demais Municípios, um repasse de R\$18.000,00. Isso é doação, é a fundo perdido, não financiamento. Produção ou aquisição de lotes urbanizados. Na Capital, R\$10.000,00. Municípios com população urbana igual ou superior a 100 mil habitantes, R\$8.500,00. Demais Municípios, R\$7.500,00. Quando é construção verticalizada, o valor aumenta em 20%. Então, quero destacar que, em nível de governo federal, existe uma política bem sistematizada, formatada, com o Fundo Nacional para Habitação de Interesse Social, o FNHIS. O grande desafio é a organização das entidades. As entidades irão cadastrar as famílias e apresentar os projetos à Caixa e ao Ministério das Cidades. Para a zona rural, 90% desse valor é subsidiado. Então, solicitamos ao governo do Estado que coloque em funcionamento o Conselho, que é de fundamental importância para que essas entidades organizadas de Minas Gerais possam participar efetivamente, a exemplo do conselho do Ministério das Cidades. É esse meu pronunciamento e meu apelo celebrando o dia 6 de outubro, Dia Mundial do Habitat.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, caros Deputados, retorno a esta tribuna para falar sobre um assunto que, na verdade, não gostaria de falar. Na minha Teófilo Otôni, cometeu-se um crime eleitoral de natureza gigantesca, um crime eleitoral que eu não tinha tido notícia de algo parecido na história do Brasil. No dia 29 de setembro, a Prefeitura enviou ao Juiz um laudo em que se consubstanciou a proibição da fala do nosso Governador em praça pública, na mesma praça pública onde todos os comícios sempre se realizaram, na mesma praça pública por onde desfilaram os Ministros Patrus Ananias e Dulci, na mesma praça pública onde se comemorou, com sonorização farta e abundante, o aniversário da Prefeitura da cidade, na mesma praça pública onde falaram os candidatos à Presidência da República Ademar de Barros, Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek e todos os Governadores de Minas Gerais ao longo de toda a história e onde todos os Prefeitos e todos os Deputados da histórica Teófilo Otôni se pronunciaram. Por um documento enviado pelo gabinete da Prefeita, fax nº 35222288, o Juiz Lélío Herlon Tolentino decidiu não permitir o uso de sonorização no comício que teria a presença do Sr. Governador do Estado. Fico a me perguntar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, qual o tamanho do risco que a democracia corre. Tratava-se de um comício anunciado e comunicado, conforme a lei eleitoral, no dia 26. No dia 29, às 18h24min, saiu um fax do gabinete da Prefeita, que foi endossado pelo Juiz na manhã seguinte, poucas horas antes de o Governador chegar à cidade, quando já voava para Caratinga. Quando o Governador chegou a Teófilo Otôni, foi informado e notificado, ainda no aeroporto, de que não poderia falar ao povo de Teófilo Otôni, fato que muito me entristeceu e deixou a cidade perplexa. Não foi só esse o crime eleitoral. Os Srs. Deputados têm acompanhado a minha vida e sabem que, desta tribuna, por várias vezes, falei sobre a ZPE, única da Região Leste do Brasil, pela qual lutamos desde 1986. Vimos acompanhando sua trajetória e viajamos por alguns países para conhecer o funcionamento das ZPEs. Todavia, de repente, as ZPEs viraram mote de campanha da candidata do PT, que, ao longo de toda a campanha, falava: "Com Lula, a ZPE resolverá todos os problemas de Teófilo Otôni". Em paralelo, o empresário proprietário majoritário das ações das ZPECs começou a se declarar, por meio da televisão e do rádio, favorável à Prefeita, durante o programa eleitoral gratuito, pedindo e declarando voto. E, exatamente no dia 30, quando o Governador estaria na cidade, apareceram dezenas de "outdoors" pela cidade anunciando: "ZPE é uma realidade. Você vai trabalhar lá. Inscrições dias 2 e 3 de outubro". Uma multidão, uma fila enorme formou-se para fazer sua inscrição para o futuro emprego numa ZPE que não existe. Trata-se de uma indústria que não existe. Todos sabemos que, para se instalar uma indústria, é necessário haver infra-estrutura, como arruamento, como rede de esgoto e água, como subestação de energia elétrica, para dar suporte às indústrias que lá se instalarem. Todavia, milhares de pessoas cadastraram-se para o emprego. No dia 1º de setembro os institutos de pesquisa anunciavam a vitória da nossa coligação com 10,75% de frente sobre a Prefeita candidata. No dia 30,

proíbe-se a fala do Governador. No mesmo dia 30, "outdoors" são espalhados pela cidade. Quem é o proprietário da empresa de "outdoors"? O Secretário Municipal de Indústria e Comércio. Quem é o empresário proprietário da maioria das ações das ZPECs? O defensor da candidatura da Prefeita, já pela terceira vez consecutiva. Por três mandatos ele defendeu o nome da atual Prefeita. Em um, ele perdeu para mim; no outro, ganhou, sempre com as mesmas estratégias.

Cometeu-se ali, Sr. Presidente, um crime eleitoral da maior proporção. Inverteu-se uma tendência de voto natural. Isso ocorreu ao se oferecer emprego para 10 mil pessoas diretamente, além de 40 mil empregos indiretos. Essa era a propaganda da Prefeita candidata e da ZPE, cujo Diretor aparece no programa eleitoral assinando um termo de ajustamento de conduta - TAC - para proibir a propaganda volante na última semana da campanha eleitoral, porque a "onda do 15" estava tomando conta da cidade. Nossa música, nossa canção já tomava conta da cidade.

Ajuizamos ação no dia 30 pedindo investigação judicial daquele fato. Não houve decisão até hoje. O Juiz Lélío Erlon Tolentino está com o processo nas mãos. Confiamos na Justiça.

Tendo em vista as evidências, as provas claras, a exemplo da filmagem da fila em que se encontravam as pessoas e das cópias e até originais das fichas de inscrição para os 10 mil empregos, enfim, considerando-se o testemunho de dezenas de pessoas, certamente o Juiz, que está demorando a dar a sentença, vai considerar o crime eleitoral que alterou o resultado das urnas em Teófilo Otôni. Não tenho gana de voltar à Prefeitura; estou muito feliz na Assembléia. Todavia entendo que minha terra está sendo infelicitada por um governo medíocre e da pior qualidade, pois as pessoas não encontram médicos nos postos de saúde e morrem nas filas dos hospitais.

Sr. Presidente, esse fato causa-me estranheza porque, três dias antes, visitei a Copasa para falar com seus empregados e pedir votos. Lá um cidadão aguerrido interpelou-me, tentando destruir o argumento de que a Copanor é importante. Esse cidadão, conhecido na cidade como grande militante do PT, chama-se Leonel Alves Tolentino, irmão do Juiz Lélío Erlon Tolentino. Sr. Presidente, preocupa-me a possibilidade de, na minha terra, não conseguirmos o resultado dessa denúncia de crime eleitoral flagrante, que alterou completamente os resultados e as previsões dos institutos de pesquisa. Esclareço que não estou preocupado com o fato eleitoral em si, ou seja, com o fato de ganhar ou perder as eleições, o que me preocupa é o risco que a democracia está correndo. Quando estava vindo para cá, na terça-feira de manhã, encontrei-me com um cidadão que se vangloriava por ter gasto, em Valadares, R\$1.000.000,00 por dia, para ganhar as eleições do Mourão. Segundo ele, em Teófilo Otôni, teria também distribuído esses recursos nos três dias que antecederam as eleições.

Sr. Presidente, permita-me fazer essas observações desta tribuna. Causa-me estranheza o fato de uma Promotora de Justiça confessar a amigos, que me confidenciaram, que não me conhece, já que está há apenas dois anos na cidade, e não gosta de mim. Penso que essa atitude se dá em virtude da defesa que fizemos ao longo de 2007, já que os postulados democráticos não permitem que o Ministério Público ultrapasse a lei, visto que sua função é ser guardião das leis, e não criar leis. Essa questão preocupa-me muito. Esse caso virá ao Tribunal, que terá de apreciá-lo. Desde que aqui cheguei, após as eleições, não fiz pronunciamentos. Todavia, como fui provocado ontem pelo companheiro Sávio Souza Cruz, estou aqui para prestar ao povo de Minas Gerais essas informações. É um momento complicado, e precisamos ouvir o que os companheiros têm a dizer sobre o assunto.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Prezados Deputados Getúlio Neiva, um dos mais dignos, experientes e honrados parlamentares desta Casa, não poderia deixar de apartear-lo para manifestar minha solidariedade a V. Exa. e minha perplexidade diante desse atentado contra a democracia. Esse fato remete-nos a uma preocupação maior com o nosso país, sobretudo com a própria democracia, fundamento básico da liberdade e de toda a organização social. V. Exa. nos traz informações e as ilustra com fatos comprovados, deixando absolutamente evidente a atrocidade que se cometeu. Não tenho dúvida de que a vítima não é V. Exa., um parlamentar honrado, que tem um lugar natural e conquistado pelo voto dentro deste Parlamento, que foi e será sempre lembrado como um dos Deputados Federais aguerridos, defendendo não apenas Teófilo Otôni mas toda a Minas Gerais. Sou testemunha de sua luta para que essa Zona de Processamento de Exportação - ZPE - fosse instalada na sua querida Teófilo Otôni e também da forma absolutamente suprapartidária e ética com que o assunto sempre foi tratado por V. Exa. E mal sabia que isso seria usado como uma arma espúria, criminoso, para ferir a democracia e o povo de Teófilo Otôni. V. Exa. nos trouxe as informações de que a palavra do Governador Aécio Neves foi cerceada num comício previamente anunciado e agendado em praça pública, no período legalmente previsto, e também, na seqüência, "outdoors" foram colocados na cidade - aliás, peça publicitária proibida em campanha. Obviamente tudo foi feito de forma ardilosa, sem que fosse assinado propriamente por esta ou aquela candidatura, mas feito por alguém que estava no programa eleitoral, atribuindo o mérito daquela conquista à candidata, à Prefeita então no exercício do cargo. E, pior ainda, com a fila de empregos anunciada às vésperas da eleição. Isso é coronelismo autoritário e nos lembra o voto de "marmita" e a atitude escravocrata e autocrática daqueles que se aproveitam da miséria alheia, do sofrimento e da dificuldade de um pai de família desempregado, para interferir na sua liberdade democrática de decisão. Não apenas precisamos que a justiça seja feita nesse episódio, e em tantos outros, mas não posso deixar de trazer a minha preocupação de que é inaceitável que continuemos a esperar que o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal Eleitoral, ou as Justiças de primeira ou segunda instância, tenham não apenas de julgar, mas também de legislar. Aliás é o que se tem feito ultimamente. Por quê? Por omissão do nosso Congresso Nacional, dos Deputados Federais, que têm o poder de legislar sobre as matérias de natureza eleitoral e não o fazem, permitindo que alguns usem a máquina pública ou o poder, que deveria estar sempre em função e em benefício do povo, como prevê o art. 1º da Carta Magna, e ainda o usam em benefício pessoal, em especial no processo eleitoral. Está-nos faltando uma legislação eleitoral mais clara, pois muitas vezes é o próprio STF que tenta definir, sob o argumento de que cabe também aos magistrados interpretar a lei. E isso é fato. Mas, se a nossa legislação fosse mais clara e a fidelidade partidária já tivesse sido legitimada pelo Congresso Nacional, não seria preciso estar sendo objeto de decisão do Supremo. E assim por diante com tantas outras decisões que interferem no processo democrático. Agora chega a esse ponto de alguém, no exercício do poder, interferir no resultado da eleição de maneira flagrante. Portanto concluo dizendo que V. Exa. não perdeu, mas, da forma como ocorreu e V. Exa. nos descreveu - e não tenho razão para duvidar, tendo em vista sua história neste Parlamento e sua vida pública -, quem perdeu foi o povo de Teófilo Otôni. Queira Deus que a justiça chegue a tempo de corrigir esse disparate. Ficam aqui a minha solidariedade e a minha esperança de que a justiça seja feita.

O Deputado Getúlio Neiva - Obrigado, Deputado Domingos Sávio, nosso grande companheiro, que, com sua lucidez, ilustra muito a nossa fala. Tenho a honra de conceder aparte ao meu Líder, companheiro e colega Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)\* - Quero solidarizar-me com o nosso colega de Bancada, Deputado Getúlio Neiva, pelo que viveu lá. Em Belo Horizonte, também estamos vivendo esse mandonismo dos palácios, mas aqui a cidadania é exercida de forma mais livre, porque é muito mais difícil tutelar milhões e milhões de pessoas. Essa resposta que está contida no seu peito será dada pelo belo-horizontino ao mandonismo dos palácios. O candidato Márcio Lacerda e o seu coordenador, Secretário Marcus Pestana, disseram que não perderiam em Belo Horizonte porque haviam obtido um GPS. Recebi mensagem que prova a audiência da TV Assembléia e explica o significado dessa sigla GPS: grito do poste por socorro. Mas o socorro não virá, e Belo Horizonte consagrará mais uma vez a liberdade, a democracia, dizendo "não" ao caciquismo.

O Deputado Getúlio Neiva - Muito obrigado pela intervenção, Deputado Sávio Souza Cruz. Concedo aparte, com muita honra, ao meu Líder Adalclever Lopes.

O Deputado Adalclever Lopes (em aparte)\* - Deputado Getúlio Neiva, viemos a este microfone, há pouco, para denunciar o que está acontecendo em Belo Horizonte. Contrataram uma grande equipe de jovens arruaceiros, gangues, para, em todos os lugares onde o candidato a Prefeito de Belo Horizonte reunir-se com estudantes, atrapalharem a ordem, a democracia e o debate. Queremos dizer aos estudantes belo-horizontinos que fiquem atentos àqueles que não pertencem a sua classe, apenas vão aos debates porque são públicos e, infiltrados nas

universidades, fazem arruaça e tentam desmoralizar, vaiar o candidato a Prefeito, objetivamente, o Deputado Leonardo Quintão. Não podemos permitir isso, Deputado Getúlio Neiva; a democracia não permite isso. Arruaceiros e vândalos têm de ganhar é cadeia. O Código Penal é claro quando alguns de seus artigos estabelecem isso e punem os que praticam esses atos. Portanto nós, do PMDB, não permitiremos que isso aconteça, em hipótese alguma. A democracia não pode ser arranhada e escurraçada. Que os alunos olhem bem, com muito cuidado, para essa situação e permitam apenas o debate, sem vaias, escutando as propostas. É disto que Belo Horizonte precisa, é isto que esperamos do belo-horizontino, dos estudantes e dos candidatos: que a democracia impere em todo momento. Contrataram o tal Rambo, amigo do Vereador que havia sido derrotado e agora foi eleito, aquele que mexia com "traveco", o Léo Burguês... (- É interrompido.) Querido amigo Deputado Durval Ângelo, meu dileto amigo, peço que espere a sua vez para falar, já que estou fazendo um aparte e o debate paralelo não é permitido pelo Presidente, pelo menos esse é o Regimento. Não estou falando de orientação sexual, porque cabe a cada um escolher a sua, mas esse negócio de pontinha em Belo Horizonte, já existem pontes demais. Querido Deputado Getúlio Neiva, estão contratando um tal de "Silvestre está longe", um tal de Rambo, para tentar criar briga e tumulto, mas nós, do PMDB, vamos fazer a vigília democrática e não vamos aceitar isso, até porque esse negócio de Rambo já é velho demais. De Silvestre, esse aí do Paraguai, que foi contratado para fazer arruaça, está longe. O nosso candidato parece o super-homem, e, na hora em que ele tirar os óculos e abrir a camisa, pode dar problema. A nossa Bancada estará na vigília democrática. Estaremos juntos, querido Deputado Durval Ângelo, porque o nosso objetivo é proporcionar a Belo Horizonte o melhor debate para a sociedade belo-horizontina. Gostaria de terminar dizendo que acordar quem está dormindo é difícil e acordar quem finge estar dormindo é impossível, mas a população já acordou e tenho a certeza de que ela não vai permitir arruaças; vai preferir um debate democrático, para escolher, nas urnas, o melhor. Caro Presidente, no meu voto mando eu. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)\* - Caro Deputado Getúlio Neiva, escutei atentamente o seu pronunciamento. Como um lutador pela liberdade, também estou muito preocupado com as eleições ocorridas no dia 5 de outubro, já que, em cada lugar, a legislação foi modificada de acordo com o interesse local. Em cada lugar, o Promotor mandou e desmandou. Em cada lugar, a própria Justiça Eleitoral também atuou da forma como achava que deveria atuar. Nós, que disputamos as eleições contra a Prefeitura, ficamos numa situação totalmente desigual, pois ficamos totalmente desprotegidos. A lei não funciona porque o Promotor e o Juiz falam que vão tomar providências desde que você, que faz a denúncia, faça a prisão e o flagrante, como se atuássemos como policial, enquanto existem as forças policiais para dar segurança às eleições. Estamos pressentindo o que vai acontecer em Belo Horizonte e já o estamos anunciando com muita tranquilidade, segurança e seriedade, sem que sejamos levianos, até porque o coordenador da campanha do outro candidato, do Márcio Lacerda, é o Sr. Virgílio Guimarães, que já está mandando recado pela imprensa; ele tem a imprensa do seu lado, mas esperamos que não tenha a Justiça do seu lado, ou seja, que a Justiça seja imparcial e realmente aja. Que aja no tempo, e não como aconteceu no primeiro turno, quando tiraram o Governador justamente no último dia da campanha. Pode até ter sido uma mera coincidência, em função da demora do julgamento do processo.

O Deputado Getúlio Neiva - Para não dar tempo de fazer recurso no tribunal.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)\* - Correto, só no último dia. O que estamos pressentindo nesta campanha é uma afronta à democracia, uma afronta à nossa liberdade.

O Deputado Sávio Souza Cruz, com a sua vigília democrática, tem feito alguns pronunciamentos que merecem a reflexão de todos nós, isto é, daqueles que apóiam ou não apóiam o PMDB e daqueles que apóiam o outro candidato. Esse assunto merece reflexão. Aliás, precisamos alertar o Congresso Nacional para que resolva de vez a legislação eleitoral, a fim de que não fiquemos à mercê de Promotores e Juizes, como V. Exa. disse muito bem. Denunciamos, mas não se resolve nada.

Por falar em denúncia, faço aqui uma denúncia gravíssima. Estas urnas eletrônicas têm de ser revistas, tem de haver recibo, porque a quantidade de votos nulos não é a realidade. Digo isso não pelo resultado da eleição de Pará de Minas, mas porque o meu irmão foi votar lá e, quando apertou o teclado, o seu voto saiu como sendo nulo; ele criou caso, suspendeu-se a votação, e fizeram uma ocorrência na seção, o que não deu em nada nem vai dar. Essas urna, ou melhor, o resultado das urnas tem de ser revisto. Quando você apertava o número do candidato a Prefeito ou a Vereador, ele não aparecia na tela. Em alguns lugares, houve votos nulos, como aconteceu em um lugar de cujo nome não me lembro, no qual a eleição foi decidida por 29 votos e a senhora mãe do Prefeito não conseguiu votar.

Não estou dizendo que houve corrupção - não é esta a questão. Estou questionando as urnas eletrônicas, que só o Brasil usa, pois, se fossem tão seguras, outros países já as estariam usando. Isso nos preocupa. V. Exa. falou desse caso de oferecimento de emprego na última hora, o que é proibido. Em Moema, aconteceu o mesmo, e ninguém toma providência. Levam-se provas ao Ministério Público, e o Juiz enrola; depois, vai para a segunda instância e piora; depois, vai para a terceira instância e piora mais. A classe política tem de reagir e começar um movimento para que o Congresso Nacional, que tem o poder de reação, faça as mudanças. Que a legislação seja clara e única para todos os candidatos, que as condições sejam iguais. A reeleição, da forma como está, precisa ser revista. Uma Prefeitura com dinheiro e sem limites faz o que quer, da forma como quer; vende, compra, faz tudo, e não acontece nada. E o coitado do outro candidato, que tem boa intenção, fica desprotegido.

Precisamos voltar a discutir essa questão de Teófilo Otôni. Por que todos estão com medo de discutir problemas? Vamos discutir e enfrentar. O que podemos fazer para ajudar? Vemos que, em alguns lugares, aconteceu algo errado e precisamos agir e reagir. Por isso V. Exa. está de parabéns, por trazer esse tema importante, que é um problema atual. Aproveitamos para fazer as denúncias antecipadas do que vai acontecer nas eleições de Belo Horizonte. Pedimos ao eleitor de Belo Horizonte que siga o seu coração, porque, em seu voto, ele manda; e, em meu voto, mando eu. Obrigado.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)\* - Alegria-me muito fazer um aparte ao nosso rouxinol do Mucuri. Não resisto à tentação de lembrar o finado Stanislaw Ponte Preta, na sua música "Samba do Crioulo Doido" ou no Febeapá, que todos sabemos o que denominava.

O Governador foi proibido de falar por uma decisão judicial. Ainda não se revogou a lei eleitoral, que estabelece 200m de distância de um órgão público, hospital ou escola, para que alguém possa fazer comício ou usar a palavra. Se não me engano, a lei eleitoral do Brasil é a que vale em Teófilo Otôni.

O Deputado Getúlio Neiva - V. Exa. se engana, e vou explicar.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)\* - O pedido foi do Ministério Público, com acolhimento pelo Promotor, e o que houve foi um jogo democrático. Eu, mais do que ninguém, concordando com a tese do amigo seu e meu, Virgílio Guimarães, que achava que havia acordo entre PT e PMDB em Teófilo Otôni, não deixei de falar isso de público nem com V. Exa. O que houve foi o jogo da democracia. Na democracia, empate só aconteceu na minha cidade, Dom Cavati. No resto, um ganha, e outro perde. Quanto à intervenção do Deputado Adalclever Lopes, ex-Líder do PMDB, mas sempre Líder, métodos violentos, quem tem usado em política é a família Quintão. Alguns dizem que seriam os novos Bórgias da política em Minas Gerais. E quem conhece um pouco de história eclesiástica sabe do que estou falando, pois sabe o que representou, no séc. XVI, a família Bórgia, com o Papa, a Lucrecia e todos os Cardeais Bórgia.

Por quê? Em Ipatinga usaram de violência e força contra o Chico Ferramenta. É assim que eles agem. O interessante é que, no 1º turno, quem não pôde ir a debates promovidos por estudantes foram o Márcio Lacerda ou seu representante. Em uma universidade federal, o amigo de todos nós Roberto Carvalho foi impedido de falar. São eles que estão usando toqueiros e bandidos para ir aos debates e impedir a discussão. Se repararmos bem, a postura do Márcio Lacerda é muito educada, até mesmo nas vezes em que atendeu reivindicações ou convocações da Assembléia. Então, acho que estamos trocando as bolas. Daí a lembrança de Stanislaw Ponte Preta, alguém da sua juventude. Ou seja, acho



que deveríamos chamar essa família de "os Bórgias" da política mineira. É só olhar para onde foram as emendas do Leonardo Quintão ou alguns exemplos da vida desse cidadão para vermos isso. Ele disse que foi o melhor e mais eficiente Deputado da Assembléia Legislativa; ora, V. Exa., que levantou as suas faltas, sabe que ele é o 3º em faltas em quatro anos de mandato. Apesar disso, disse no programa que foi o melhor Deputado da Assembléia Legislativa.

O Deputado Getúlio Neiva - Então, concluindo, em uma frase: o que aconteceu em Teófilo Otôni foi um crime eleitoral grave, gravíssimo, e só espero que o Juiz Eleitoral Lélion Tolentino não tenha a mesma índole de seu irmão, engenheiro da Copasa e militante do PT, Leonel Alves Tolentino; que não haja entre os dois a mesma ligação que houve entre o empresário Kalil Kassim Elawar, da ZPE, e a Prefeita Maria José Haueisen. Muito obrigado, Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Perfeitamente, Presidente. Quero cumprimentar a todos os colegas Deputados e, antes de iniciar a minha fala, conceder aparte ao nobre Deputado Adalclever Lopes, pedindo-lhe brevidade, para que eu possa discorrer sobre outros assuntos que guardarão sintonia com o que aqui foi debatido.

O Deputado Adalclever Lopes (em aparte)\* - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio, sempre democrático. Caro Presidente, agradeço a forma gentil usada pelo querido Deputado Getúlio Neiva, ressaltando a forma agressiva com que o meu colega e companheiro de Parlamento Deputado Durval Ângelo abordou o assunto: atacar famílias e parentes é que é uma forma de ação medieval. Aliás, temos não só o Leonardo Quintão, no Parlamento federal, mas neste Parlamento o Deputado André Quintão, que faz parte da mesma família. Portanto, Presidente, medieval é atacar os parentes, que não têm condição de vir aqui defender-se. Portanto, quero fazer esta observação e registrar novamente que, no meu voto, mando eu. Obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, pessoas que nos acompanham nesta Casa do povo mineiro e pela TV Assembléia.

Quero, Sr. Presidente, inicialmente externar a minha alegria. O processo democrático tem os seus percalços e as suas dificuldades. Todavia já diziam que, por mais difícil e penoso que ele seja, de todas as formas de organização social, a democracia é, sem dúvida nenhuma, a soberana, a que melhor nos aproxima da relação de justiça, paz, serenidade e harmonia. É o que nos possibilita, por meio do nosso livre arbítrio, buscar esse caminho. A exemplo de outros colegas que se manifestaram, em que pese ter tido em uma ou em outra cidade também os meus percalços na luta política, início falando da minha alegria de ver a garra e a determinação com que o povo de Divinópolis escolheu - e o fez de maneira muito ampla - o melhor caminho para que a nossa cidade possa crescer de verdade, com trabalho honesto e sério. É claro que tivemos percalços, mas não guardamos mágoa nem temos a intenção de tripudiar sobre aqueles com quem tivemos a oportunidade de disputar. Fica a gratidão ao povo por ter participado. Temos, sim, muito o que aperfeiçoar e aprimorar no processo democrático e, em especial, na legislação. Às vezes, ficamos nos debatendo com os Promotores e com os Juizes, mas infelizmente o Congresso Nacional - Deputados Federais e Senadores, que têm de aperfeiçoar a legislação para não deixarem margem de dúvida nem deixar que essa ou aquela cidade tome as providências - tem deixado a desejar, pois não legisla nem define as regras do jogo com clareza e de maneira justa. Apesar disso ter ocorrido, no meu entendimento essa eleição foi - e ainda está sendo - a eleição da cidadania; a eleição com ausência do "show" pago, durante o qual o artista de grande renome conchama o povo em favor desse ou daquele candidato; a eleição da qual os brindes, as camisetas e os bonés foram banidos. Com isso, ganharam mais espaço o debate e a reflexão. E, aí, certamente, avançamos. Todavia ainda há muito o que avançar. Aliás, tornou-se muito visível, pela ausência desses artifícios, o uso da máquina pública em alguns lugares, como aqui foi mencionado pelo Deputado Getúlio Neiva. Em outros, tornou-se clara a indefinição ou a falta de clareza na legislação. Sem falar que, em alguns lugares, houve a interferência da imprensa, o que é algo preocupante. Registro o meu respeito à imprensa, o meu respeito absoluto à liberdade de imprensa. Por si só, liberdade já é uma expressão que pressupõe responsabilidade. Não há como imaginar que liberdade é sair falando o que quer, principalmente quando se dispõe de um veículo de comunicação. Por exemplo, cito a questão das pesquisas. Em Divinópolis, enfrentamos pesquisas falsas, que davam a vitória antecipada a determinado candidato, como se fosse impossível batê-lo até na última semana. Na última semana, todos divulgavam uma pesquisa dizendo que era o preferido do povo, num atentado contra a verdade e o respeito ao cidadão. Portanto não faço esse alerta para tecer aqui uma crítica específica a esta ou àquela pessoa nem para destilar sentimento de mágoa, porque isso não cabe no meu coração. Meu objetivo é alertar a sociedade, em especial, mais uma vez, a Câmara dos Deputados. Se nós, Deputados Estaduais, pudéssemos legislar sobre isso, eu entraria com um projeto de lei amanhã, a fim de regulamentar, de maneira mais clara, o uso de pesquisa, que muitas vezes é feita de forma criminoso, mentirosa e covarde. No entanto, não posso fazer isso, visto tratar-se de competência da Câmara Federal, que não o faz, não toma iniciativa alguma. Infelizmente, o povo fica perplexo. Entretanto volto a lembrar que o povo de Divinópolis deu uma demonstração maravilhosa de amor àquela cidade, ficou atento. Tive a felicidade de contribuir, transmitindo a minha mensagem, ficando ao lado do nosso candidato Vladimir Azevedo e do Vice-Prefeito Francisco Martins, com uma proposta clara, objetiva e verdadeira. Sem muitos recursos financeiros, fizemos um grande esforço, com o apoio da militância, dos nossos candidatos a Vereador e a Vereadora e dos voluntários, e tivemos uma vitória estrondosa, contrariando os prognósticos de muitos. Isso é um estímulo para o nosso coração. É claro que não me limitei a trabalhar na minha querida Divinópolis, trabalhei também em cerca de 80 cidades mineiras e, em torno de 30 a 35, fui vitorioso nesse balanço. Fazemos essa constatação na medida em que telefonamos. Em precisamente 34 Municípios, tivemos a alegria de contribuir diretamente para a eleição do Prefeito ou do Vice-Prefeito, enfim da chapa vitoriosa. Em todas as 80 cidades onde atuei, algum Vereador ligado ao nosso grupo teve a felicidade de se ver contemplado com o mandato. Especialmente, mantive a minha lealdade. Em alguns lugares, cheguei com a clareza de que não poderia ter êxito na vitória majoritária para Prefeito. Claro que não cheguei ali com esse discurso; cheguei sempre com a convicção e com a garra de levar a nossa mensagem, com lealdade aos companheiros. Vi isso também por parte do Governador Aécio Neves. Foi dito aqui, por alguns adversários históricos, que a presença do Governador, nesse ou naquele lugar, não teria sido proveitosa. O Governador é um homem público, respeitado, hoje, dentro e fora de Minas. Durante as eleições municipais, como companheiro de partido do PMDB, fui testemunha de como ele foi assediado por praticamente 100% dos Municípios, para que estivesse ali. Em muitos lugares, do ponto de vista político, ele viveu uma situação delicada em que, mesmo havendo um companheiro do PSDB, da base do governo, disputando, havia também outro colega Deputado no pleito. Assim ele se sentiu numa situação difícil. Muitas vezes, não pôde entrar como gostaria naquela disputa; em outras, não fugiu do combate, mesmo sabendo que as dificuldades do seu candidato eram reais e que não poderia ter êxito, como em Governador Valadares, onde houve uma disputa acirrada. Uma figura fantástica como o Deputado Bonifácio Mourão não logrou êxito na disputa com uma figura igualmente competente e séria, a nossa colega Deputada Elisa Costa. Lá, o Governador não teve nenhuma dúvida, até pelas posições públicas e claras desses dois grandes líderes, Mourão e Elisa. Um, aliado histórico do Governador; outro, a Deputada Elisa, sempre com ética e equilíbrio, uma opositora natural. Às vezes, isso é necessário ser dito. O curioso é que alguns Deputados fazem um discurso inflamado, querendo atribuir a derrota de "A" ou "B" ao Governador e, às vezes, até desejando ofuscar a sua presença e a sua participação na vitória deste ou daquele. Isso não corresponde à verdade. Seria o equivalente, nobre Deputado Paulo Guedes, se eu dissesse, o que seria um despropósito: "Olha, nós, do PSDB, ganhamos a eleição em Divinópolis, com isso o Presidente Lula foi derrotado". Isso seria um terrível equívoco, até porque tenho respeito pelo Presidente, e precisaremos dele para fazer um bom governo em Divinópolis. Também não tenho dúvida de que não faltará à Deputada Elisa o apoio do Governador para fazer um bom governo em Governador Valadares. É curioso que pessoas venham à tribuna da Assembléia brincar com a inteligência daqueles que nos assistem, querendo fazer desta tribuna um palanque, como se as disputas em cada Município continuassem, e tentando desfechar ataques, trazendo-os agora para a disputa de Belo Horizonte.

Tivemos aqui diversas manifestações de Deputados do PMDB, ligados à candidatura do Deputado Leonardo Quintão. Em um determinado momento, o Deputado Sávio Souza Cruz ironizou, com seu estilo próprio, a candidatura do Márcio Lacerda, do PSB, com o apoio do PT e do PSDB.

O Deputado, na sua ironia, disse que o Márcio Lacerda, de certa forma, poderia considerar-se derrotado, numa alusão de que ele seria um poste, tentando com isso decretar que a eleição está ganha para o candidato Leonardo Quintão. Vejo nessa atitude uma presunção e uma

precipitação, e o eleitor de Belo Horizonte certamente estará atento a isso. Aliás, o segundo turno tem essa magia, essa beleza, no processo democrático. É muito bom que ele exista, para que tenhamos um vitorioso com maioria dos votos nos grandes centros. Esse é o sentido do segundo turno. Caso contrário, teríamos grandes cidades, como Belo Horizonte, São Paulo e outras, onde a decisão poderia ocorrer no primeiro turno e o eleito não contaria com a metade mais um dos votos da população.

Agora serão colocados lado a lado. Há a experiência do Márcio Lacerda. Trata-se de um profissional com uma história exemplar, um homem que trabalhou em defesa dos direitos humanos e sociais desde o período da ditadura militar - aliás, ele foi preso político - até a condição de empresário de sucesso. Há também o Leonardo Quintão, que foi Vereador em Belo Horizonte, Deputado Estadual e Deputado Federal. Os eleitores poderão fazer paralelos, avaliar as histórias familiares. Disseram aqui que não se deve baixar o nível com questão familiar, mas deve-se saber sim: o Deputado Leonardo Quintão é filho do Sebastião Quintão - não sei se pastor -, cuja figura é respeitada no ambiente da Igreja Evangélica, e o Leonardo também. Ao mesmo tempo, eles têm de ser questionados. Agora as informações virão a público, e o povo poderá saber quem, de fato, é Leonardo Quintão. Será que é aquele moço bonzinho, com a cara bonitinha? Quem será, de fato, Márcio Lacerda? Será que ele é um poste mesmo? Vamos procurar saber. A eleição não pode ser decidida com esse tipo de pressão. Há apoio do Governador Aécio Neves e do Fernando Pimentel? Há sim. Isso é problema? Há também apoio do Hélio Costa e do Vice-Presidente da República para "A", "B" ou "C". Isso é natural. O povo poderá avaliar esse apoio. Será que é ruim o Prefeito ter o apoio do Governador? Será que é ruim o Prefeito ter um comportamento na linha do Fernando Pimentel? O povo de Belo Horizonte terá de avaliar isso.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Obrigado, meu companheiro Deputado Domingos Sávio. Quero dizer que concordo com sua avaliação. Percebo que o pessoal que apóia Leonardo Quintão está no clima de que já venceu as eleições, o que não é verdade. Até porque o Márcio Lacerda - não sei se recordam -, quando começou o processo eleitoral, quando registrou a candidatura, tinha apenas 2% nas pesquisas de opinião e terminou com 44%. Ou seja, faltaram apenas 6% para vencer as eleições no primeiro turno. O Quintão tinha 15% e terminou - se não me engano - com 41%. Portanto, o maior crescimento no primeiro turno foi do candidato Márcio Lacerda, que conta com o apoio do Prefeito Fernando Pimentel, cuja administração é aprovada pela população de Belo Horizonte; que conta com o apoio do Governador Aécio Neves, cuja administração também é aprovada pelo eleitor de Belo Horizonte; que conta com o apoio do Presidente Lula e de muitas lideranças importantes.

São dois projetos. Foi bom haver o segundo turno para que as pessoas tenham oportunidade de avaliar melhor os dois candidatos. Não foi bom o que fizeram com o Márcio Lacerda, com o "show" de "e-mails", de acusações infundadas. Dispararam mais de um milhão de "e-mails". Vários Deputados desta Casa estão se gabando disso. Então, o importante é que, neste segundo turno, o povo belo-horizontino terá oportunidade de conhecer a história e a experiência administrativa de cada um.

Conheço o Márcio Lacerda. Tive a oportunidade de trabalhar com ele. Fui Diretor do DNOCS de Minas Gerais, órgão ligado ao Ministério da Integração Nacional, e ele era Secretário Nacional desse Ministério. Trata-se de um homem competente, que sabe realmente administrar, pois fez um belíssimo trabalho no Ministério e estava fazendo um bom trabalho na Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Quero também saber a experiência do outro candidato. Acredito que ele nunca dirigiu nada. Ele foi Vereador, Deputado, mas não tenho lembrança de ele ter ocupado algum cargo executivo. O que sabemos é a experiência da gestão desastrosa do seu pai em Ipatinga, recusada pelas urnas no último domingo. Esse é o pouco que conheço do Leonardo Quintão. Se formos pela experiência do pai, não encontraremos bons exemplos. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Eu queria concluir o raciocínio, Deputado Antônio Júlio, após o que concederei o aparte com prazer.

Nessa linha, da importância do 2º turno, queria fazer a reflexão que - penso eu - também será a do cidadão que votará aqui, em Belo Horizonte. Existe aí um processo caloroso, que corre o risco, em alguns momentos, de partir para a acusação. E pode até acontecer de lado a lado, mas não creio que possa partir dos candidatos. Talvez a imprensa até dê mais destaque a uma fala ou outra, mas entendo que deverão manter um tom respeitoso. E espero que sim. No máximo, um pode questionar a experiência do outro; um pode questionar se o outro já disputou alguma eleição ou não. Isso é natural.

Mas o que o cidadão vai querer saber? Como é o perfil, a personalidade, a índole, o comportamento e a capacidade de ação, de fazer, de melhorar esta cidade. Porque um eleitor vai contratar alguém para trabalhar para ele. O eleitor vai colocar em Belo Horizonte um Prefeito que possa melhorar o trânsito da cidade, a saúde, a segurança, uma série de fatores que afetam a qualidade de vida de quem mora em Belo Horizonte. E nessa hora o 2º turno é muito bom. Isso porque até agora muita gente pode ter votado no oba-oba. Podem até dizer que alguém votou porque gosta muito do Aécio e do Pimentel, que alguém votou porque escutou esta onda: vou votar contra, não gosto de seguir orientação de A ou B. Mas agora, não. Não há influência de A, B, C ou D. São dois candidatos. Eu, particularmente, estou muito convencido de que o processo democrático vai ganhar com isso. E esta coisa de partir para o ataque, que o Márcio Lacerda é um poste, que a eleição está ganha, que o Leonardo Quintão...

O Deputado Paulo Guedes foi muito feliz. O Márcio Lacerda começou sendo tratado como um mero desconhecido - aliás, sendo tratado como um poste - e chegou a 44%, muito próximo da maioria do eleitorado de Belo Horizonte. Portanto, não tenho dúvida de que terá a oportunidade de mostrar - aí, sim, isso é decisivo para o eleitor - a sua competência, a sua seriedade, a sua honestidade, o seu bom caráter. Caráter. Vou bater muito nesta palavra "caráter". Vamos pensar nisto: caráter, índole. Quem estará mais bem preparado e terá o melhor caráter para, de fato, representar o povo de Belo Horizonte?

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)\* - Obrigado, Deputado, obrigado, Presidente. Estou achando esquisito ouvir essa discussão de experiência. O Lula nunca administrou nada na vida dele. Nem a casa dele ele conseguia administrar e hoje está sendo o grande Presidente da República. O Aécio Neves, nosso Governador, começou a vida com 24 anos, era Presidente da Caixa Econômica Federal. E ele também nunca havia administrado nada. Então, Deputado Domingos Sávio, a experiência de vida não se compra na farmácia, no supermercado, mas com ação, com atitude. Querem trazer Ipatinga para esta discussão de Belo Horizonte, Deputado Paulo Guedes, é um desrespeito a todo o povo de Belo Horizonte. Acredito que isso é um desrespeito que não tem nada a ver.

O Sebastião Quintão foi um grande Prefeito. Perdeu as eleições por contingências locais. Perdeu para o PT, que tem lideranças. Houve uma outra candidatura que atralaphou um e outro. Ele foi um bom Prefeito, tanto que não foi massacrado nas urnas. Se tivesse sido um mau Prefeito, ele não teria voto nenhum. Temos de ter grandeza na discussão. Dizer que um é poste e que o outro não tem experiência - acredito - não vai pegar para a população de Belo Horizonte. Um deles a população de Belo Horizonte não conhece. Todo o mundo fala que ele foi um grande homem e tal, que ocupou cargo lá e cá, mas não o conhecemos. O Leonardo Quintão é um jovem realmente com vontade de ser Prefeito de Belo Horizonte. Isso ele demonstrou desde as confusões do nosso Partido, o PMDB, com muita determinação e segurança. E ele está preparado, sim. Agora, falar da juventude dele é um desrespeito à juventude de Belo Horizonte; é dizer que a juventude de Belo Horizonte não tem capacidade de administrar nada. Não é por aí. Fui Prefeito com 32 anos; o Ciro Gomes foi Prefeito da sua cidade com 28 anos e Governador, com 32. E nós, modéstia à parte, todos nós citados aqui fizemos uma boa administração. O que vale é a vontade de fazer.

Então, Deputado Domingos Sávio, ficamos preocupados ao trazerem essa discussão de Ipatinga para cá, para que percamos o rumo, porque o PMDB não está com o "já ganhou", não. Já ganhamos, sim. Levaram a eleição para o 2º turno, para nós, foi uma grande vitória. O Pimentel e o Aécio, no que diz respeito inclusive ao Partido deste, não deixaram que o João Leite, do PSDB, fosse Prefeito de Belo Horizonte, porque ninguém ganharia esta eleição do João Leite. Esta é a nossa vitória, a vitória da classe política, do respeito que se tem de ter com os políticos de Minas Gerais, coisa que o Governador não tem. O Governador não respeita nem seu partido nem a classe política. Essa é a discussão. Estamos nos vangloriando com o 2º turno. O Pimentel e o Aécio "venderam" para todo o Brasil que venceriam as eleições com 80% em cima de qualquer candidato, o que, felizmente, não aconteceu.

O Deputado Domingos Sávio - Estou vendo que vocês, do PMDB, estão partindo para algumas colocações que mostram um certo desequilíbrio. Queria apenas concluir, Presidente, porque o Deputado Antônio Júlio fez uma referência ao meu Partido, dizendo que o Governador desrespeitou o PSDB. Até parece que V. Exa. é filiado ao PSDB. Sou da Executiva do PSDB há muitos anos. Sou fundador do PSDB, estou nele desde 1988 e nunca mudei de partido. O PSDB teve uma decisão unânime sobre Belo Horizonte nas suas Executivas, tanto na municipal quanto na estadual. O Deputado João Leite não se colocou como candidato em momento algum. O Governador Aécio Neves não só foi sempre um homem respeitado pelo Partido como sempre respeitou o Partido.

Quanto a essas colocações de que o Márcio Lacerda é desconhecido ou não, conheci o Leonardo Quintão aqui, quando cheguei como Deputado. A informação que tive foi que ele tinha sido eleito Vereador pelos evangélicos e tinha sido eleito Deputado também pelos evangélicos, como outros colegas, o que é algo honrado e digno. É conhecido dentro de um segmento específico, dentro de uma atividade religiosa, como o Pastor Gilberto e vários outros colegas, que são pessoas extremamente dignas e corretas. Mas é preciso colocar isso com clareza. Fica parecendo que o Deputado Leonardo Quintão é uma pessoa hiperpopular, e o Márcio Lacerda, não. Não é nada disso. Vamos desmitificar isso. O Márcio Lacerda é um homem com uma história de militância política, foi Secretário de Estado, e o Leonardo Quintão tem sua trajetória ligada a um segmento religioso, o que respeito, e agora virou candidato a Prefeito de Belo Horizonte. Isso vai vir às claras. Temos A e B, e o povo de Belo Horizonte vai escolher com liberdade. É isso que, acredito, vai beneficiar a democracia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados. Tivemos hoje vários debates importantes e acalorados nesta tribuna, no que se refere ao processo eleitoral do último domingo. Venho aqui também, primeiro, para agradecer à população do Estado, que votou democraticamente; à população da minha região, onde tive oportunidade de participar da eleição de 24 companheiros para as prefeituras do Norte de Minas. Apesar de todas as notícias boas, tivemos também alguns episódios preocupantes. Em algumas cidades da nossa região, o processo eleitoral ficou, de certa forma, comprometido pela ação de alguns membros da Polícia Militar da região. Gostaria, primeiramente, de destacar que não estou falando aqui da Polícia Militar como um todo, até porque temos muito orgulho e respeitamos a nossa gloriosa PMMG, uma das mais competentes do Brasil. Alguns casos que ocorreram na nossa região merecem registro, a fim de que as autoridades de segurança do Estado e o Comando da Polícia Militar tomem as providências necessárias, para que dois ou três elementos não manchem essa instituição tão importante para o nosso Estado.

Quero dizer, Sr. Presidente, que pude observar alguns fatos que me deixaram preocupado nas eleições deste ano. O primeiro deles ocorreu em Mato Verde. Lá o Comando da Polícia Militar tomou providências. O Tenente que comandava a cidade durante o processo eleitoral prendeu quatro candidatos a Vereador da nossa coligação, ameaçou as pessoas, foi para a rádio, fez tudo o que um policial não deve fazer. O mais grave ocorreu na minha cidade, Manga. No dia que antecedeu as eleições, no sábado, eu ia passando pela rua e vi um tumulto. Quando cheguei, Sr. Presidente, havia um policial, Sd. José Luiz, que estava espancando o Vereador Mozart Alves Barbosa, que já se encontrava algemado. Esse policial estava com o pé no pescoço do Vereador. Com o Vereador já no chão, deu-lhe uma gravata que quase o enforca. Vendo aquela cena, desci do carro e pedi ao policial que não fizesse aquilo, primeiro porque o Vereador é candidato à reeleição, e a lei eleitoral é muito clara quando diz que não se pode prender candidato nos cinco dias que antecedem as eleições nem nas 48 horas depois delas. Esse foi o meu único pedido. Mas a resposta que o policial me deu foi sacar uma arma e colocá-la no meu peito, determinando que me afastasse, caso contrário atiraria em mim. Afastei-me. Prenderam e levaram o Vereador Mozart Alves Barbosa. O que mais me estranhou não foi a atitude desse Soldado, que talvez fosse muito novo e inexperiente, mas sim a do Coronel, Comandante do 11º Batalhão da Polícia Militar em Montes Claros, Heli José Gonçalves. Ele, ao saber do ocorrido em Manga, no dia seguinte, já no domingo, escreveu uma nota e publicou-a no "site" da Polícia Militar. A manchete da nota publicada e assinada pelo Coronel da Polícia Militar Heli José Gonçalves, Comandante do 11º Batalhão da Polícia Militar em Montes Claros, diz que Justiça Eleitoral determina prisão de Deputado em Manga. No texto, assinado pelo Coronel, ele afirma que o Vereador preso na referida cidade estava com um facão tentando agredir as pessoas, o que não é verdade. A realidade dos fatos é que o Vereador foi agredido por um cabo eleitoral da coligação adversária. Esse Vereador procurou a Promotora de Justiça para denunciar o caso, que determinou à polícia fazer a ocorrência. Mas, em vez de prender o infrator ou fazer a ocorrência, fez-se a prisão irregular do Vereador Mozart Alves Barbosa, seguida de espancamento em praça pública. A nota assinada pelo Coronel ainda diz: "Hoje, dia 5 de outubro, o Deputado Paulo Guedes continuou perturbando o clima eleitoral, por meio de condutas e ações não permitidas pela lei eleitoral. Como a Juíza Maria Beatriz Fonseca da Costa, Juíza Eleitoral, já tinha conhecimento de fatos anteriores, diante da conduta do parlamentar, determinou a prisão do Deputado". Aqui está, Sr. Presidente, a declaração da Juíza Maria Beatriz da Fonseca da Costa, que diz o seguinte: "A Justiça Eleitoral de Manga, da Zona nº 166, informa que não foi expedido mandado de prisão em desfavor do Deputado Estadual Paulo Guedes, até porque, nos exatos termos da lei eleitoral, a prisão de qualquer pessoa, nos cinco dias que antecedem ao pleito e nas 48 horas seguintes, somente pode ocorrer se houver flagrante delito. Logo, impossível a expedição do mandado.". Assina a Juíza. Gostaria de saber de onde esse Coronel tirou subsídio para colocar no "site" da polícia e ainda, pessoalmente, acionar a imprensa regional. No dia 5 de outubro, pela manhã, eu estava na cidade de Manga quando recebi telefonemas de diversos jornalistas querendo saber por que eu estava preso. Eu não estava preso, estava nas ruas cumprimentando meu povo. Estranhei as ligações dos jornalistas Gileno, do "Hoje em Dia", e do Luís Ribeiro, do "Estado de Minas". Disse-lhes que não havia nenhuma ordem de prisão contra mim, até porque estava nas ruas e ninguém aparecera para me prender. Os jornalistas tiraram os subsídios do texto assinado pelo Cel. Heli José Gonçalves, Comandante da Polícia Militar em Montes Claros. O texto termina dizendo: "Ao divulgar esta ocorrência, além de prestar um serviço de urgência, objetivamos também alertar os policiais desta região, da PM, sobre o Deputado Paulo Guedes, que tem demonstrado claramente seu comportamento com os policiais da nossa região. Além dessa ocorrência, em que a guarnição de serviços, já registramos pelo menos outras duas, em que o Deputado, utilizando da tribuna da Assembléia, com palavras impróprias e levianas, relatando fatos contra policiais militares, sem ao menos ter qualquer denúncia ou reclamação junto ao Comando da instituição".

Até parece que para um parlamentar fazer referência a algum caso, nesta Casa, deve antes comunicar-se com o Coronel. O pronunciamento a que ele se refere é um outro que fiz aqui, no início do ano, quando reclamei do excesso de alguns policiais militares contra o transporte alternativo de nossa região, contra os taxistas, que estavam sendo perseguidos. Gostaria de dizer ao Coronel Heli José que tomasse mais cuidado, que orientasse melhor seus policiais, que, ao escrever e assinar qualquer matéria, sobre qualquer pessoa, observasse primeiro as atitudes. Sr. Presidente, gostaria que ficasse registrada nos anais desta Casa a indignação deste parlamentar, que não aceita esse tipo de atitude, a fim de dizer a esse Coronel que, graças a Deus, a ditadura foi banida deste país e que atitudes como essas, ameaçadoras, esta Casa e este Parlamento não podem aceitar.

Pedirei ao Deputado Durval Ângelo, da Comissão de Direitos Humanos, que faça sindicância, que realize aqui uma audiência pública a fim de que esses fatos sejam esclarecidos. Da mesma forma, pedirei à Comissão de Segurança Pública que também tome as providências devidas, até porque, Sr. Presidente, as pessoas estão perdendo respeito para com os Deputados. Atitudes como essas, de um Soldado de Manga, não pode ser admitida por esta Casa. Atitude pior ainda a desse Coronel: ao tentar atingir-me, atinge este Parlamento, atinge esta Casa.

Deixo registrada a nossa indignação e o nosso pedido de providências ao Comandante da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Solicitamos as providências cabíveis e necessárias a fim de evitar abusos como o que ocorreu na cidade de Manga. Refiro-me ao fato ocorrido no domingo que antecedeu as eleições, quando um coronel alertou todo o Comando, pedindo que os policiais ficassem atentos à minha pessoa, como se eu fosse um bandido, uma pessoa perigosa.

Sr. Presidente, o pior é que, assim que tomei conhecimento da matéria, retiraram-na do "site" da polícia. Além de tomar uma atitude insensata, publicando fatos inverídicos, conforme se lê neste comunicado, faltou ao Coronel dignidade, coragem e um pouco mais de comando; ele deveria ter deixado a matéria no "site". Essa atitude é, acima de tudo, covarde. Portanto, solicitamos providências a todas as autoridades do Estado para que fatos como esse não voltem a ocorrer na nossa região.

Sr. Presidente, não foram apenas esses casos. Soubemos de alguns outros casos menos graves ocorridos em outras cidades. Durante uma carreato realizada em Brasília de Minas, por coincidência, um Soldado ou o Tenente multou mais de cem carros que participavam da passeata. Diante disso, solicito ao Governador que disponibilize mais recursos para a Polícia Militar, para evitar que os policiais militares, principalmente os das cidades pequenas, fiquem tão dependentes dos Prefeitos. Nestas eleições, percebemos, em algumas cidades, que Comandantes, Tenentes ou Sargentos que comandam o destacamento local se tornaram cabos eleitorais dos Prefeitos candidatos à reeleição. Nessa condição, ameaçavam as pessoas, e isso não pode acontecer. É preciso evitar situações como as ocorridas em Mato Verde, Brasília de Minas e Claro dos Poções, de onde fui expulso pelo Tenente. Quando cheguei à cidade, cerca de 50 pessoas foram receber-me, mas ele me disse que eu teria de sair de lá, porque havia uma ordem judicial que proibia a aglomeração de pessoas. Esse fato ocorreu no dia 2, quando fui à cidade fazer um comício, mas não o fiz porque o Tenente de Claro dos Poções mandou-me ir embora. Mais de cinquenta pessoas podem testemunhar esse fato.

Desejamos que fatos como esse não voltem a ocorrer na nossa região. O Brasil avançou muito. Hoje podemos afirmar que vivemos em um País democrático. Não é possível que uma, duas ou três pessoas manchem a Polícia Militar, instituição tão respeitada por nós. Temos certeza de que o comando maior da Polícia Militar de Minas Gerais tomará as devidas providências para evitar que abusos como os praticados nas referidas cidades, chegando até a atingir este Deputado, voltem a ocorrer.

Deixo aqui o nosso abraço e o nosso agradecimento a todos aqueles que, no domingo, participaram da festa da democracia, elegendo seus Vereadores e Prefeitos.

Em várias cidades as eleições já terminaram. Aqui em Belo Horizonte teremos o segundo turno, como também teremos segundo turno em Contagem, em Juiz de Fora e em Montes Claros. Em um momento importante como este é preciso que o eleitor tenha um pouco mais de atenção para ouvir as propostas de cada candidato e vote com mais consciência.

O Deputado Vanderlei Jangrossi (em aparte)\* - Muito obrigado pela concessão do aparte. Sr. Presidente e Srs. Deputados, infelizmente, ontem aconteceu o falecimento de uma pessoa muito importante, que foi jogador do nosso querido Galo, da Seleção Brasileira, do São Paulo Futebol Clube e do meu querido Quinze de Piracicaba. Trata-se de um piracicabano que faleceu de câncer aos 59 anos, o nosso querido Chicão.

Muitos se lembram do Chicão que, na Copa de 1978, colaborou com a Seleção Brasileira. Infelizmente, o nosso amigo faleceu ontem e está sendo enterrado hoje em nossa cidade de Piracicaba. Quero manifestar aqui o meu profundo pesar à família e a todos os amigos que o conheceram e também ao nosso querido amigo João Leite, que também participou da mesma seleção e do mesmo time junto com o meu querido Chicão. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Paulo Guedes - Muito obrigado pelo aparte. Quero contar com o apoio de V. Exa. nesse fato ocorrido comigo nas últimas eleições.

O Deputado Vanderlei Jangrossi (em aparte)\* - O Deputado pode contar, com certeza, com o nosso apoio. Temos de apoiar os nossos colegas. Espero que a injustiça seja reparada. Infelizmente, há muita injustiça. Uma vez, usei a palavra aqui para falar sobre a situação da Escola de Base, cujos donos, depois de muitos anos, foram considerados inocentes da acusação. Infelizmente, o nome deles foi para o esgoto e não conseguiram reparar. Esperamos que o dano ao nome de V. Exa. seja reparado. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes - Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 13/10/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Djalma Diniz

exonerando Sinval Crisóstomo de Jesus do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando José Carlos Paixão dos Santos para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Tiago Ulisses

nomeando Rômulo Almeida Mendes de Andrade para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 4 horas.

Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando Ulisses Daniel de Campos Rocha do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas;

nomeando Davidson Cardoso Pereira para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Paulo César de Freitas, matrícula 12.215-7, no período de 10 a 22/10/2008.

Mesa da Assembléia, 13 de outubro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 3/11/2008, às 14h30min, Pregão Eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de café tradicional torrado e moído.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 (dez centavos) por folha, ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 16 de outubro de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2008

Objeto: renovação de 34 assinaturas anuais do jornal "Estado de Minas".

Em 10/10/2008, os Srs. Presidente e 1º-Secretário ratificaram, nos termos do art. 26, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993, a inexigibilidade da Licitação nº 4/2004, adotada com base no art. 25, I, da mesma lei, bem como autorizou a despesa em favor da empresa "S.A. Estado de Minas".

DESPESAS COM PUBLICIDADE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS				
NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2008				
Art. 7º da Lei nº 13.768, de 1º/12/2000				
Art. 17, parágrafo único, da Constituição Estadual				
				(Em reais)
Agência	Julho	Agosto	Setembro	Trimestre
Asa Comunicação Ltda	2.199.215,03	995.574,84	1.149.230,21	4.344.020,08
Tom Comunicação Ltda	129.816,00	185.899,00	238.010,78	553.725,78
<b>TOTAIS</b>	<b>2.329.031,03</b>	<b>1.181.473,84</b>	<b>1.387.240,99</b>	<b>4.897.745,86</b>

Objeto: Veiculação de anúncios e publicações de matérias institucionais de divulgação do processo de elaboração legislativa e de acompanhamento de políticas públicas.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL								
(Constituição Estadual, art. 73 § 3º, incluído pela EC nº 61 de 23/12/2003)								
Unidade Orçamentária: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS								
3º TRIMESTRE DE 2008								
Cargo/Função	Julho	Qtde	Agosto	Qtde	Setembro	Qtde	Total Trimestre	Qtde Média
Membros do Poder (*)	3.380.140,89	81	2.633.221,60	81	3.040.697,73	81	9.054.060,22	81

Efetivos	20.549.155,64	967	11.684.286,77	967	11.067.220,74	966	43.300.663,15	967
Cargo de Recrutamento Amplo	14.343.463,30	2.225	8.479.237,22	2.192	8.780.154,46	2.261	31.602.854,98	2.226
Inativos	19.432.639,29	874	12.370.654,23	873	11.191.716,59	871	42.995.010,11	873
Pensionistas	352.743,10	26	159.631,03	26	152.324,81	26	664.698,94	26
<b>SUBTOTAL</b>	<b>58.058.142,22</b>	<b>4.173</b>	<b>35.327.030,85</b>	<b>4.139</b>	<b>34.232.114,33</b>	<b>4.205</b>	<b>127.617.287,40</b>	<b>4.172</b>
Patronal	4.547.071,94		3.894.007,98		3.471.577,80		11.912.657,72	
<b>TOTAL</b>	<b>62.605.214,16</b>		<b>39.221.038,83</b>		<b>37.703.692,13</b>		<b>139.529.945,12</b>	

NOTA EXPLICATIVA: Expurgo das despesas de exercícios anteriores classificadas na rubrica: 3.1.90.92

(\*) Os valores relativos aos Membros do Poder referem-se às despesas de caráter remuneratório e de caráter indenizatório.

Alberto Pinto Coelho, Presidente; Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral - Maria de Lourdes Capanema Pedrosa, Diretora de Recursos Humanos - Antoninho Rodrigues Goulart, Diretor de Finanças e Informática.